



**ATA N.º 56/XI-4º/2016-17**

**1** – Aos doze dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas 21H00, na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sita na avenida da Liberdade, nº 20, na Trafaria, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia (Continuação)

...

3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas:

- 3.2.1 – “Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2016” (223/XI-4º);
- 3.2.2 – “Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2016”. (224/XI-4º).

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Redução de Financiamento do Contrato de Empréstimo Bancário Longo Prazo” (225/XI-4º).

3.4 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Revisão Orçamental do Município” (226/XI-4º).

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão Orçamental dos SMAS, referente ao ano de 2017” (227/XI-4º).

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Acordos de Execução de Delegação de Competências, 2º Aditamento, com as Freguesias de:

- 3.6.1 – União de Freguesias da Almada, Cacilhas, Cova da Piedade e Pragal (228/XI-4º);
- 3.6.2 – União de Freguesias de Caparica e Trafaria (229/XI-4º);
- 3.6.3 – União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (230/XI-4º);
- 3.6.4 – União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó (231/XI-4º);
- 3.6.5 – Freguesia da Costa da Caparica (232/XI-4º).

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2º Aditamento ao anexo V dos Contratos de Delegação de Competências” (233/XI-4º).

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Formas de apoio às freguesias para promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” (234/XI-4º).

**2** – Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

**3** - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

**3.1** - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:



José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissolle Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Manuel Folgado dos Santos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Teresa Paula de Sousa Coelho; José Ricardo Dias Martins; António Abrantes de Almeida; José João Santos da Mata; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva e Joana Rodrigues Mortágua.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 12 de abril de 2017, (Ent. nº 7980/XI-4º), (**Conforme Anexo I**).
- A Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 12 de abril de 2017, (Ent. nº 7982/XI-4º), (**Conforme Anexo II**).
- O Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência no dia 12 de abril de 2017, (Ent. nº 8005/XI-4º), (**Conforme Anexo III**).
- A Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 12 de abril de 2017, (Ent. nº 8007/XI-4º), (**Conforme Anexo IV**).

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 12 de abril de 2017, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro – PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burriga Nunes de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa e da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Stevens, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos V, VI, VII, VIII, IX, X e XI**).
- O Candidato Sr. Joaquim Machado Duarte, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 12 de abril de 2017, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XII**).
- O Candidato Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 12 de abril de 2017, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIII**).



- O Candidato Sr. Nuno Ricardo Cardoso Augusto que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 12 de abril de 2017, da eleita Sr.<sup>a</sup> Ana Marques Serra e Moura Salvado e por impedimento do cidadão Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco e da cidadã Sr.<sup>a</sup> Rita Margarida Cardoso Vieira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIV, XV e XVI**).

**4.3** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, da União da Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda e da União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento dos Presidentes dos respetivos Órgãos Autárquicos, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos na União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Sr.<sup>a</sup> Ilda de Lourdes de Oliveira Dâmaso Garrett, na União da Junta das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, Sr.<sup>a</sup> Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca e na União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, Sr.<sup>a</sup> Anabela de Matos Tavares, (**Conforme Anexos XVII, XVIII e XIX**).

**4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**6.1** – Usou da palavra a Múncipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria Helena Rodrigues Nunes, residente na Trafaria.

**6.1.1** – A Múncipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Maria Helena Rodrigues Nunes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu hoje venho aqui trazer um assunto bastante pertinente, que já se vem arrastando ao longo dos anos, é sobre o Centro de Saúde da Trafaria. Como todos sabem o Centro de Saúde encerrou já faz perto de quatro anos. A Comissão de Utentes de Saúde encetou uma luta tendo ido ao Parlamento e na Comissão de Saúde, falar sobre o porquê do encerramento do Centro de Saúde na medida em que pouco tempo antes tinha havido obras, tinha-se gasto o erário público, aquilo está bastante acolhedor tanto para crianças como para os demais utentes e não se compreendia o encerramento do Centro de Saúde, quando numa Vila em que há tantos idosos, pessoas com problemas tanto monetários como de saúde para se irem deslocar ao Centro de Saúde da Costa.

No Parlamento, foi engraçado, houve um Sr. Deputado que se virou para mim e que me disse “você ainda têm muita sorte, porque no interior não há Centros de Saúde, têm que se deslocar em muito mais tempo”. Eu lembrei-me então de um ditado que diz “eu vivia triste e infeliz por não ter sapatos, até que um dia que vi um que não tinha pés” foi a resposta que eu lhe dei, que é interessante, não é? Continuamos a nossa luta, fomos falar com o Dr. Luís Amaro continuando a perguntar o porquê do encerramento do Centro de Saúde da Trafaria, a resposta é porque se tinha que renovar, havia problemas financeiros, várias desculpas. O Centro continuou encerrado. Viemos aqui a uma Sessão de Assembleia pôr o problema para realmente juntamente com o Sr. Presidente e o Executivo tentarmos encontrar soluções para o Centro abrir. O Sr. Luís Amaro numa das reuniões que teve



conosco e posteriormente com a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia falou porque aquilo tinha havido problemas, que a intempérie tinha feito estragos. Quando a Sr.<sup>a</sup> Presidente pôs o grupo de trabalho à disposição, se era esse o problema, para arranjar o Centro de Saúde. Sim senhor, mas até à data nada, continua sempre encerrado.

Como vocês sabem isto aqui é uma Vila com gente muito, muito idosa, uma gente que tem umas pensões de duzentos e tal euros, mal têm muitas vezes dinheiro para comprarem os medicamentos, para irem à farmácia. Nós sabemos que por vezes a farmácia passam os medicamentos para eles depois só poderem pagar quando recebem a parca pensão, quanto mais irem deslocarem-se diariamente, continuamente ao Centro de Saúde da Costa, em que nós sabemos as condições que é da paragem até ao Centro de Saúde quando chove, as pessoas realmente deficientes, pessoas com problemas de idade, pessoas com 80, 90 anos que sofrem bastante para ir ao Centro. Eu não digo que o Centro de Saúde da Costa esteja mal, mas não está o suficiente, quando temos um Centro de Saúde aqui perto, não se compreende que as pessoas tenham que se deslocar para a Costa para serem assistidas. Há um ano e tal tendo sido o Sr. Ministro da Saúde interpelado por um Grupo Parlamentar, no Parlamento, o Sr. Ministro da Saúde que ia resolver o problema e a posteriori foi enviado um ofício dizendo que o Centro de Saúde ia ser para Serviços Contínuos. Isto há um ano e tal. Eu ainda há 25 dias fui ao Centro de Saúde da Costa e à conversa com a Dr.<sup>a</sup> Catarina Bernardo, perguntar sobre esta situação e ela disse “realmente isto vai ser para Serviços Contínuos. Eu até estou à espera que isso abra para eu pedir a transferência para lá.”

Sinceramente nós não temos conhecimento como é que isto está, se vai para Serviços Contínuos, se não vai, se continua encerrado, se não continua encerrado, porque é que aquele Centro com boas condições continua encerrado? Por isso eu vinha aqui para pôr a questão, a ver se realmente fazem pressão sobre esta situação, para que o Centro abra, para que as pessoas possam assistir, para que as pessoas tenham qualidade de vida, porque a saúde é a principal qualidade de vida das pessoas. E realmente esta população tem sofrido muito desde que o Centro de Saúde encerrou. Era sobre isto que eu vinha e que agradecia que tomassem nota.”

**6.2** - Em resposta à Senhora Múncipe, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**6.2.1** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só em relação a esta matéria que foi trazida agora pela Sr.<sup>a</sup> D. Maria Helena e que é do nosso conhecimento e em torno da qual penso que estamos todos unidos, dizer-vos que temos que continuar a persistir, a persistir para que a Trafaria volte a ter os equipamentos que necessita. E este, tal como aqui foi dito, é da maior importância. Isto já foi alvo de tomadas de posição pela Assembleia Municipal também, e tem sido também objeto de iniciativas na Assembleia da República para além das iniciativas que a população tem tomado nessa matéria.



Na série de contatos que temos vindo a fazer na Câmara com o ACES de Seixal e Almada, temos sucessivamente colocado esta questão e a última informação que nos foi dada, com a qual naturalmente não nos sentimos confortados, nem conformados, é que será instalada aqui uma Unidade. Não era essa de Cuidados Continuados, mas uma Unidade de Saúde Pública. É a última informação que temos. E há que continuar a atuar, há que continuar a agir para que os nossos Serviços de Saúde no seu conjunto no Concelho melhorem, que sejam dotados do pessoal necessário, das condições do conforto, das valências, que isso é da maior importância para aqueles que cá estão e também para que este Concelho se torne cada vez um local onde seja seguro também do ponto de vista da saúde as pessoas viverem e estarem, independentemente da sua condição de saúde e da sua idade. É uma matéria da maior importância para todos nós, sublinhando também não podemos deixar de dizer que os Profissionais do Centro de Saúde da Costa da Caparica com quem contactamos, referem uma grande indisponibilidade em relação à abertura da Extensão aqui na Trafaria e do Centro da Saúde da Trafaria. É um processo que é necessário continuar a persistir e para o qual é necessário continuar a lutar. Mas temos também esta realidade com que nos confrontamos que é os próprios profissionais que estão a trabalhar aqui não entenderem como sendo qualificador para os Cuidados de Saúde que prestam neste momento a abertura do Centro de Saúde. Mas esta é uma decisão que cabe fundamentalmente ao Governo, não é só aos Profissionais, mas todos compreenderíamos se os profissionais, os que conseguirmos que estejam do nosso lado, será com certeza também mais fácil alcançar o nosso objetivo. Continuar a agir, continuar a lutar, continuar a persistir, porque é um direito e além de ser um direito é uma necessidade que precisa de ser satisfeita. Era isto que queria dizer, e podem naturalmente continuar a contar connosco e temos que encontrar outras formas para tornar mais claro a nossa disposição e para que o Centro de Saúde venha a reabrir aqui na Trafaria.”

**7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.**

**7.1 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação dos Documentos de Prestação de Contas, Propostas N<sup>os</sup> 223/XI-4<sup>o</sup> e 224/XI-4<sup>o</sup>, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 05/04/2017, sobre “Relatório e Conta de gerência do Município, referente ao exercício de 2016” a respetiva “Certificação Legal das Contas, Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras e Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas” e “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS, referente ao exercício de 2016” a respetiva “Certificação Legal das Contas, Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras e Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”, respetivamente, (Conforme Anexos XVIII, XXIX, XX e XXI). (Continuação)**

**7.1.1 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais João Geraldês, Nuno Matias, Carlos Revés, Carlos Guedes, Eva Gomes, Pedro Matias, Luísa Ramos, José Joaquim Leitão e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.**

**7.1.1.1 – O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



De novo somos chamados nesta Assembleia a apreciar e deliberar sobre os documentos de prestação de contas anuais da Câmara Municipal.

De novo também, é-nos presente um documento exaustivo e detalhado, que espelha com fidelidade a intensa atividade desenvolvida em 2016, no cumprimento do Plano de Atividades por nós aprovado.

Abordarei o Eixo de Desenvolvimento referente ao Planeamento Estratégico, Ordenamento e Gestão do Território.

Antes, permitam-me que sublinhe três ideias gerais, que sintetizam de forma cristalina Os objetivos essenciais que norteiam a intervenção municipal em Almada.

Cito na íntegra e com a devida vénia, retirando da introdução assinada pelo Presidente da Câmara Municipal:

“Submetemos à apreciação dos órgãos do Município um quadro de avaliação que, no essencial, confirma a possibilidade de colocar ao serviço da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos Almadenses as oportunidades que se nos deparam para consolidar o caminho que permite desbravar um futuro melhor para todos”.

Mais, e continuando a citar "A atividade desenvolvida ao longo do ano de 2016, e os resultados alcançados no quadro da intervenção municipal, permitem-nos concluir que, colocando as capacidades disponíveis no Município ao serviço de todos, fomos capazes de contribuir num sentido positivo na luta pela melhoria de uma realidade social e económica que se impõe extremamente negativa a muitos e muitos milhares de famílias”.

E finalmente, a reafirmação da aposta num caminho de perseverança e determinação, expressa pela afirmação, cito de novo, “Perante as inegáveis dificuldades que afetaram ainda o nosso quotidiano coletivo em 2016, recusámos novamente o conformismo e a resignação”.

Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais

No que ao Eixo Planeamento Estratégico, Ordenamento e Gestão do Território diz respeito, a atividade desenvolvida em 2016 correspondeu plenamente aquelas ideias gerais.

Porque estamos na Trafaria, e no quadro das Linhas de Orientação contidas neste Eixo a Trafaria surge expressamente referenciada como uma das áreas de intervenção prioritárias das políticas municipais, começamos por aqui.

Em 2016 foi concretizado um conjunto de iniciativas que reafirma, de forma inequívoca, a Estratégia de Desenvolvimento definida e colocada em prática para a Trafaria, assumindo como vetores fundamentais a realidade social e a preservação e valorização do património histórico, cultural e ambiental do seu território.

Referimos a Trafaria (com) PROVA, mostra de vinhos e petiscos à beira Tejo, de promoção turística e económica desta área; referimos o projeto HALLO: Plataforma — Trafaria, um projeto de inclusão social que incluiu um laboratório experimental de arquitetura, uma instalação artística, um debate sobre a transformação de um espaço abandonado; a exposição "Objeto-Projeto — a dimensão constituinte da arquitetura", no âmbito da 4ª Edição da Trienal de Arquitetura de Lisboa, no antigo



Presidio da Trafaria e o seminário "Contágio" no seu âmbito; a exposição "O Presidio e a Trafaria, 450 anos de História"; e referimos ainda o 5º Laboratório de Intervenção em Arquitetura INSITU'16, que visou conciliar o saber sobre o território e o conhecimento científico e académico.

Mas na Trafaria fez-se mais. Entre outras ações e atividades, sublinhamos:

- A Operação de Reabilitação Urbana conheceu um impulso muito significativo, com centenas de proprietários contactados, de que resultaram já, segundo os dados disponíveis, mais de três dezenas de candidaturas aprovadas e uma dinâmica de revitalização a todos os títulos notável;
- A melhoria das condições de habitabilidade no bairro do 2º Torrão, enquanto não se concretiza o realojamento definitivo das famílias aí residentes, conheceu significativo investimento municipal e resultados consideráveis no apoio a essas famílias;
- Avançaram as negociações para acordo com a Administração do Porto de Lisboa visando a qualificação e limpeza da praia da Trafaria, conforme aqui nos foi transmitido já no curso desta sessão pelo Presidente da Câmara Municipal, e que vivamente saudamos.

Passando ao nível do Concelho, foram desenvolvidas múltiplas ações de realojamento de famílias em situação de habitação precária, com destaque para a resolução da situação de 41 famílias residentes na Rua do Juncal (Costa da Caparica), a que se soma o realojamento de mais de uma centena de outros agregados familiares oriundos de diferentes núcleos no concelho.

A exemplo do que já referimos relativamente ao 2º Torrão, também nas Terras da Costa foi desenvolvido um extenso programa de apoio e beneficiação das condições de habitabilidade dos residentes, de que se destaca a conclusão do processo de fornecimento de energia elétrica ao bairro, mediante protocolo celebrado com a respetiva Associação de Moradores.

Ainda ao nível da habitação, são igualmente amplos e positivos os resultados obtidos na melhoria do parque habitacional municipal, com a concretização de largas dezenas de intervenções de conservação e manutenção daquele património, e de muitas empreitadas de obras de maiores dimensões. Foi prosseguido e aprofundado o programa das opções participativas nos bairros camarários.

Foram ampliadas significativamente as áreas do Concelho onde decorrem intervenções de reabilitação urbana. Já nos referimos à Trafaria, importa referenciar igualmente a constituição de novas operações de reabilitação — como na Sobreda e no Porto Brandão - e o alargamento dos perímetros de outras — como Cacilhas e Cova da Piedade —, decisões que conheceram como contrapartida um importante incremento no número de candidaturas para intervenções de reabilitação do edificado em curso ou em preparação.

No âmbito da recuperação e reordenamento de áreas de génese e construção ilegal, o ano de 2016 regista um reforço e avanço importantes no desenvolvimento de processos de recuperação e legalização em muitos loteamentos, o que incluiu a emissão de diversos instrumentos de legalização, conforme informação que a Vereadora Amélia Pardal ontem aqui nos deixou.



A política municipal de salvaguarda e preservação do património construído no Concelho, tendo em vista a sua utilização pelos Almadenses em atividades de natureza cultural, económica e social, justificou a aquisição em 2016 de diversos elementos daquele património. Aqui mesmo na Trafaria — aquisição das antigas garagens da Empresa de Camionagem Piedense —, em Almada — aquisição de instalações da mesma empresa no centro da Cidade e do antigo edifício da EDP —, e na Cova da Piedade — aquisição do edifício sede da antiga Cooperativa Piedense. Instalações que vindas à posse do Município, serão colocados ao serviço do desenvolvimento e do progresso do nosso Concelho.

O que atrás referimos seria suficiente para justificar plenamente o voto de aprovação que a CDU dará a estes documentos.

No entanto, porque a atividade desenvolvida foi de facto extraordinária, registamos ainda que de forma mais telegráfica, outros aspetos que marcaram de forma decisiva o ano de 2016:

- A Elaboração de estudos e projetos de base de intervenções de requalificação urbana e ambiental na Costa de Caparica, no âmbito da execução do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica e nos termos da proposta apresentada ao Governo.
- O Desenvolvimento do projeto de execução de requalificação da Estrada Florestal na Costa da Caparica.
- A conclusão do programa base para o projeto de execução da Rua do Juncal também na Costa da Caparica.
- O desenvolvimento do projeto de execução para qualificação da ex-Estrada Nacional 377 na Charneca de Caparica, envolvendo a negociação com promotores que permitirá poupar cerca de um milhão de euros ao erário municipal na execução daquela intervenção.
- A revisão, em baixa, da tabela de taxas aplicadas a componente da Administração Urbanística (bem como a outras áreas de atividade), facilitando o desenvolvimento dos processos urbanísticos de todo o tipo e natureza.
- A elaboração de múltiplos processos de candidatura do Município aos diferentes programas incluídos nos Fundos Estruturais e de Investimento "Portugal 2020".
- O desenvolvimento de diferentes processos de requalificação e modernização em Mercados Municipais.
- O regular funcionamento dos espaços de acolhimento empresarial do Núcleo Empresarial de Almada Velha, Quarteirão das Artes e Cozinha Partilhada de Alcaniça.
- A realização da 7ª edição do Programa de Apoio ao Empreendedor com a Nova Almada Velha - Agência de Desenvolvimento Local, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Madan Parque de Ciência e Instituto de Apoio as Pequenas e Médias Empresas e da Inovação.
- A gestão dos produtos turísticos de Gastronomia e Vinhos, Cultural e Religioso e de Negócios.



- A realização dos Festivais Caparica Primavera Surf Fest e O Sol da Caparica de promoção turística e animação na Costa da Caparica.

Entre muitas outras realizações.

Porque os resultados alcançados, sendo naturalmente fruto de uma gestão de extremo rigor e exigência, nunca poderiam ser atingidos sem o extraordinário empenho e dedicação dos trabalhadores da Camara Municipal, a CDU regista no momento em que apreciamos e iremos votar os documentos que espelham, uma vez mais, o integral cumprimento dos compromissos assumidos e a capacidade de concretização do Município, a mais viva saudação a toda a vasta equipa de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras da Câmara Municipal, que emprestam quotidianamente o melhor que têm a este gigantesco trabalho que visa o bem-estar e o desenvolvimento do nosso Concelho e das suas gentes.”

**7.1.1.2 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta análise que vamos fazer do Relatório de Contas e de Atividade 2016 da Autarquia, reveste-se objetivamente também de uma análise especial que é a última avaliação que vamos fazer à capacidade de execução, de planeamento, de construção de soluções que este executivo tem a oferecer ou teve a capacidade eventualmente de oferecer, vamos analisar isso. E eu recordo-me que há quatro anos ou nas últimas eleições, se assim preferirem o lema da CDU com que se apresentou a eleições é “com a CDU Almada faz bem”. E portanto, aquilo que nós temos que olhar ao fim deste tempo todo de Mandato, é tentar perceber o que é que foi bem feito, o que é que foi feito de diferente, que desenvolvimento é que se acrescentou à vida dos cidadãos, que alternativas e decisões de desenvolvimento é que foram implementadas e sobretudo diria eu, é essencial apresentar os resultados dessa mesma capacidade de fazer bem e de fazer melhor para melhorar também a qualidade de vida dos almadenses. E por isso, neste momento em que pela última vez vamos avaliar a capacidade de execução do atual executivo, é importante responder a algumas questões que eu deixo ao Sr. Presidente da Câmara, porque manifestamente o PSD no documento ficou com dúvidas nalguns casos e certezas noutros em relação à incapacidade por um lado de desenvolver um trabalho bem feito e de fazer realmente bem à vida dos almadenses. E por isso Sr. Presidente a primeira pergunta que gostaríamos de deixar é, no seu entender que grande mudança estratégica é que neste Mandato Autárquico podemos dizer aos almadenses que foi feita. Criámos mais riqueza? Conseguimos investir mais no Concelho? Erradicámos um conjunto de problemas que necessariamente ao longo dos anos somos testemunhas nesta Assembleia, nas Sessões de Câmara, em Sessões Públicas em que sucessivamente cidadãos apresentam queixas recorrentes, seja na qualidade do espaço público, na limpeza do espaço público, na falta de mobilidade das nossas Freguesias, a incapacidade muitas vezes de desenvolvermos soluções atempadas para as quais se exigia outra capacidade de intervenção, mas para além disso Sr. Presidente, outra questão que gostaríamos de lhe perguntar, é se nós fomos tão capazes, como ouvi ontem o Sr. Presidente, de



desenvolver mais capacidade de intervenção da Autarquia para resolver os problemas e robustecer também a capacidade de investimento da Autarquia. Eu gostava e o PSD teria muito interesse em perceber que verbas é que foram feitas, que planeamento é que foi concretizado para que a Câmara pudesse investir mais em problemas tão preocupantes como a erradicação de barracas? Que tipo de trabalho é que a Câmara fez para conseguir atrair mais investimento? Que tipo de justificações é que a Câmara encontra para um conjunto de decisões que essas sim são de duvidosa utilidade e nós temos a firme convicção que foi algo muito mal feito pela Autarquia, que é uma das marcas que mais à frente iremos escarpelizar, nomeadamente na questão da aquisição de terrenos e imóveis ao longo deste Mandato. E por isso Sr. Presidente, nestes quatro anos a CDU prometeu fazer bem e aquilo que nós gostaríamos que nos apresentassem é os resultados dessa visão que apresentaram há quatro anos. Porque e para isso gostaria de deixar seis questões concretas.

Sr. Presidente, quantas empresas é que abriram em Almada? Quantas? E eu gostaria que não fosse usado como exemplo as grandes superfícies comerciais que foram abrindo ou as médias, porque eu diria que não é aí, do ponto de vista do tecido económico e empresarial, que se pode acrescentar riqueza e que se pode acrescentar capacidade de atração de investimento futuro e reproduzir de riqueza e de bem-estar.

Segunda questão Sr. Presidente, em relação à atração de investimento já hoje ouvimos aqui falar em empreendedorismo. No PSD nós achamos que temos que apostar no investidor que crie emprego e que crie valor.

Onde é que está um balcão do investidor na Câmara de Almada para ajudar quem queira investir tenha o seu investimento apoiado e aprovado em tempo útil para que crie emprego, para que crie valor e para que com isso ajude a Câmara a desenvolver também o nosso território.

Terceira questão Sr. Presidente, o Mandato que está quase no seu término, tivemos um conjunto de queixas alargadas em relação à requalificação ou à falta de requalificação no espaço público, e a pergunta é simples, o que é que foi feito de diferente de estruturante, de algo de verdadeiramente de desenvolvimento neste Mandato que possamos usar aqui como exemplo e bandeira de como algo mudou de forma vital na vida dos almadenses que todos os dias cruzam as nossas ruas, as nossas estradas, os nossos espaços públicos, o que é que mudou, que grande investimento é que nós podemos apresentar aos almadenses ao longo deste Mandato? Mas Sr. Presidente também ao longo deste Mandato e também ao longo do exercício de 2016 há uma chaga que como já aqui alguém disse e lembrou, tem décadas que são as AUGI, e nós tínhamos muito interesse ainda ontem reafirmámos, de saber quantas AUGI é que tínhamos no início do Mandato, quantas AUGI é que foram resolvidas neste Mandato, e logo quantas AUGI é que vamos ter no início do próximo Mandato para resolver de uma vez por todas no Concelho de Almada?

Porque Sr. Presidente, todos nós vivemos o espaço da nossa terra, todos nós entendemos que há um conjunto de problemas que se arrastam há um determinado número de anos, que é incompreensível como é que não se agilizaram soluções para esses mesmos problemas, mas Sr. Presidente para além



das AUGI e ao nível do espaço público já aqui foi dito que a CDU apoiou e que foi desenvolvido através do Executivo um conjunto de projetos de apoio a bairros desfavorecidos. A nossa questão também é simples, quantas barracas é que deixaram de existir em Almada neste Mandato? Quantas? É que confesso que, penso que qualquer um de nós quando chega à Costa da Caparica e olha para o seu lado esquerdo, percebe que olhando não muito distante no tempo aquele território aumentou, não diminuiu, tem mais barracas e infelizmente também tem lá mais pessoas e a estratégia de institucionalizar a exclusão no nosso entender é fazer muito mal ao desenvolvimento e à inclusão social de pessoas que precisam de ajuda, mas precisam de uma solução.

Mas Sr. Presidente deixava-lhe também uma quarta questão. Neste Mandato o Sr. Presidente falava também na situação de Freguesias como a Charneca de Caparica e a Sobreda, e eu confesso que ainda ontem e foi dito, um conjunto alargado de quilómetros que foram re-asfaltados nessas Freguesias. Eu gostava que o Sr. Presidente nos pudesse aqui elucidar que grandes ações estruturais é que a Câmara desenvolveu para melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas que ao longo dos anos têm tido mais responsabilidades fiscais do que soluções reais promovidas pela Câmara de Almada. E portanto, Sr. Presidente se nos pudesse elucidar que grandes projetos é que foram desenvolvidos na Charneca de Caparica e na Sobreda teríamos muito gosto de perceber que resultados é que foram a concretização desse tal fazer bem em Almada pela CDU.

Sr. Presidente, gostaria também de lhe perguntar porque todos nós ao longo dos anos estamos habituados a ouvir falar, a Câmara não faz porque não tem jurisdição; a Câmara não faz porque é do Governo; a Câmara não faz porque é da APL, a Câmara não faz porque o território não está na posse administrativa de a, b ou c. Sr. Presidente, todos nós sabemos que a Margueira não depende da Câmara. Mas a questão do Ginjal, a questão do Olho de Boi, a questão da Quinta do Almaraz, a questão do Porto Brandão, a questão mesmo da Freguesia da Trafaria depende só do Governo ou de entidades nacionais para desenvolver uma ligação de Almada e dos almadenses ao Rio? E portanto Sr. Presidente a pergunta é simples, o que é que foi feito na ligação dos almadenses ao Rio Tejo, para que possamos dizer que nestes quatro anos foi feito algo de bom e de bem para os almadenses.

Mas mais Sr. Presidente, o Sr. Presidente ainda ontem falava aqui de um instrumento que me parece interessante do ponto de vista de ligação e de proximidade ao cidadão, o Almada Mais Perto ou Mais Próximo, mas gostávamos nós que pegando no conjunto de queixas que têm surgido ao longo dos anos e o conjunto de reivindicações que têm existido começando pela falta de pedagogia como por exemplo uma empresa municipal de estacionamento tem tido, em relação a um conjunto de cidadãos que cada vez mais se sentem perseguidos. Sr. Presidente não acha que ao fim de quatro anos deveríamos apresentar aos almadenses também um resultado diferente daquilo que queremos que seja um processo de acompanhamento, de fiscalização do espaço público, mas que não gerasse um clima de desconfiança e divórcio continuo entre aquilo que hoje é evidente que a ECALMA gerou, com quase todos os cidadãos em Almada. E portanto Sr. Presidente, acha que ao fim de quatro anos podemos dizer que a ECALMA criou essa relação positiva e pedagógica que nós desde o início lhe



pedimos que pudesse acrescentar e incrementar? Nós achamos que não e gostávamos de estar enganados nesta nossa avaliação. Portanto Sr. Presidente quando olhamos para estes quatro anos em que nos foi prometido que a CDU ia fazer bem em Almada e que ia deixar ao fim, e ao cabo a sua marca na governação e no bem-estar das pessoas, só duas marcas que nós podemos reconhecer que foram acrescentadas na vida dos almadenses. Uma primeira marca que é uma primeira marca que alguém vai ter que escarpelizar de forma mais atenta, que foi a marca de um conjunto de aquisições de terrenos e de imóveis às quais ainda é importante que todos nós sejamos informados, porque é que se gastou, quanto é que verdadeiramente se deveria ter gasto, quem é que avaliou esses negócios que foram feitos, com quem é que foram feitos, qual foi a justificação formal e qual é o interesse estratégico? Porque há muita coisa que deveria ter sido explicada a órgãos como a Assembleia Municipal, mas eu diria a todos os almadenses e que infelizmente ainda à data que hoje estamos a discutir o Relatório de Contas, vemos que foram gastos muitos milhões, mas ainda não vemos as soluções para o tal fazer bem para o desenvolvimento da nossa Cidade. E há uma segunda marca, Sr. Presidente, a segunda marca tem a ver com o facto de ter havido uma boa ideia que até foi proposta pelo PSD e por outros partidos nesta Assembleia que foram os Festivais na Costa da Caparica e Sr. Presidente pegou-se numa boa ideia para fazer um mau modelo de gestão, e devem ser os únicos Festivais no País que dão um prejuízo astronómico. E nós gostávamos de saber, e por isso também fizemos um requerimento. Qual é o modelo de gestão, quem é que foi contratado para ajudar a essa mesma gestão, quando é que tudo isso custou, quem é que decidiu e com que base legal é que esse tipo de contratos foram assumidos? E vamos repensar de uma vez por todas porque é que uma boa ideia que devia ter resultado em Festivais que promovessem Almada e a Costa da Caparica, mas que permitissem gerar mais-valias para serem reinvestidas na Costa da Caparica, não foram concretizadas como deveriam ter sido, porque era realmente uma boa ideia, mas não se fez bem a concretização dessa mesma ideia.

E portanto Sr. Presidente, até olhando para o documento que nos apresentam para discussão, é a própria CDU que escreve através do seu Executivo Municipal o seguinte e cito, “Fomos no essencial, capazes de aproveitar as oportunidades abertas ao longo do exercício, e criámos nós próprios outras oportunidades”. E Sr. Presidente a minha pergunta é muito clara, que oportunidades é que o Executivo aproveitou que nós não vemos, nem vemos resultados descritos no documento.

Mas Sr. Presidente cito outra passagem do Relatório de Contas da Câmara Municipal, “ A par da intervenção e investimento municipal, registaram-se em 2016 outros contributos oriundos de importantes projetos do sector empresarial”. A questão aqui também é objetiva, que investimento empresarial é que foi marcante em Almada, foi a abertura do “Pingo Doce”, foi a abertura do “Modelo”? Portanto Sr. Presidente, gostava que nos dissesse uma empresa, uma empresa que crie valor em Almada, que tenha aberto as suas portas em 2016.

Sr. Presidente, chego também à página 15 do documento apresentado onde se fala na iniciativa empresarial e no apoio que a Câmara quer e deseja concretizar e Sr. Presidente eu pergunto-lhe,



onde é que vê no documento que foi distribuído a todos os Deputados uma verba marcante e estratégica para que se diga, sim senhor, demorou, mas o Executivo hoje gastou dinheiro de forma estratégica para tornar Almada diferente aos olhos de um potencial investidor. Se ele quiser investir em Oeiras, em Cascais, em Sintra, em Almada, em Vila Franca de Xira, Almada diferencia-se e vai ser escolha desse potencial investidor. Sr. Presidente convido-o a dizer que investimento que conseguiu trazer para Almada com base neste critério de atração e de diferenciação de Almada aos olhos de um potencial investidor. Porque sinceramente nós não vemos, e aquilo que para nós é claro, é que em Almada, como o PSD sempre defendeu, tem que criar riqueza para, com a instalação de empresas e a criação de emprego criar a riqueza que se reinveste nas pessoas e na terra.

Para além disso, para nós resulta claro que, um Executivo que consegue dizer no seu Relatório que fez 218 intervenções de reparação de sistemas de rega. Repare-se, 218 intervenções em sistemas de reparação de regas, não diz uma intervenção ou uma empresa que tenha conseguido ajudar a abrir em Almada.

Por aqui se vê muito bem o que é que é fazer bem ou menos bem ao seu Concelho.

Mas Sr. Presidente, e ao contrário daquilo que nos disse ontem, há sinais também preocupantes na execução económico-financeira. E Sr. Presidente, quando se fala na capacidade de investimento e aquilo que vemos em 2016, é que as despesas correntes, as despesas de funcionamento da Câmara e ao contrário daquilo que é escrito no documento não tem a ver com reclassificações contabilísticas, aumentou 6.2 milhões de euros, ou seja, dez por cento as despesas correntes quando no mesmo período as despesas de investimento aumentaram oitocentos mil euros. Repare-se seis milhões para despesas correntes, oito milhões para investimento, ou seja, algo vai mal nas estratégias e na visão de gestão orçamental de uma Câmara, porque ainda por cima onde é que houve aumentos? Despesas com pessoal, mais 1.1 milhões de euros; aquisição de bens e serviços 3.4 milhões de euros a mais; transferências, deduzimos nós os subsídios em ano eleitoral, mais 1 milhão de euros; outras despesas correntes, aquela área nublosa que nós sempre somos confrontados, mais 650 mil euros.

E portanto Sr. Presidente, o que é que isto resultou? Houve um agravamento dos resultados operacionais. O ano passado tínhamos tido um resultado negativo, já ele negativo que nós assinalámos de 1.6 milhões de euros. Em 2016 é-nos apresentado um resultado operacional negativo de 6.3 milhões de euros. Qual é também o resultado, é que o saldo de gerência degradou-se, degradou-se. O Sr. Presidente ontem falava aqui num grande feito na questão do saldo de gerência, o saldo de gerência no fim de 2015 era 35.5 milhões de euros. No final de 2016 já era só 27.6 milhões de euros. O Sr. Presidente pode dizer, "Nós investimos muito" mas está provado que aquilo que se gastou foi em despesas correntes, não foi investimento. Isto é fazer bem aos almadenses, isto é desenvolver a nossa terra? Sr. Presidente, nós temos muitas dúvidas, mas convido-o a apresentar-nos a nós aqui resultados objetivos de intervenções que tenham mudado realmente a vida aos almadenses.



E portanto, Sr. Presidente e para concluir, também aqui ficámos preocupados, e ao contrário daquilo que a CDU anunciou que ia fazer bem e que faz bem a Almada, aquilo que nós vemos é que não só não aproveitou as oportunidades, não desenvolveu as potencialidades, aquilo que é verdade é que não melhorou a qualidade de vida dos nossos concidadãos, os problemas básicos que nós somos confrontados há anos, da limpeza, do reordenamento do espaço público, da mobilidade, da criação de oportunidades de desenvolvimento e de inclusão, não só não melhorou como nós podemos dizer que piorou infelizmente e não foi pelo contexto nacional porque veja-se a Câmara de Almada até aumentou as suas receitas correntes face àquilo que vinha desde o início do Mandato.

Portanto Sr. Presidente, para o PSD nós continuamos a achar que Almada pode ter outro modelo de governação, uma estratégia distinta de desenvolvimento, uma relação diferente, mais próxima, leal com todos os cidadãos e para todos os efeitos aquilo que nós gostaríamos é que Almada tivesse mais resultados que a diferenciasses para atrair a riqueza que pudesse ser reinvestida nas pessoas e Sr. Presidente o último convite que eu lhe faço é, prove-nos que isso foi feito em quatro anos e prove-nos que realmente fizeram bem em Almada, Nós achamos claramente que não.”

#### **7.1.1.3 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A nova conjuntura política do país, que se iniciou com as eleições de outubro de 2015, permitiu dar arranque a um processo de inversão às políticas, altamente perniciosas para o país, para as empresas e para os portugueses, levadas a cabo pelo anterior governo PSD/CDS-PP.

Os factos assim o mostram para o ano de 2016: a devolução dos rendimentos às famílias, o défice de 2% do PIB (segundo informações mais recentes do INE), abaixo do valor de referência de 2,5% “imposto” pela Comissão Europeia para a não aplicação de sanções a Portugal (se bem que à custa do investimento público tão necessário ao país), a redução na taxa de desemprego, a melhoria dos indicadores económicos são algumas provas, contrariando muitos discursos ressabiados e catastrofistas de alguns durante o ano transato, que é possível uma política diferente em prol dos cidadãos.

São, sem dúvida sinais positivos. Porém a situação é, ainda, muito frágil, requerendo outro tipo de medidas que, dada a continuação da submissão às “vontades” e imposições da União Europeia, adotada pelo governo PS, necessitaremos defender e por elas continuar a lutar aguerridamente, para que fatores externos (como o tratado de livre comércio entre a EU e o Canadá - CETA, recentemente aprovado em Estrasburgo pelo Parlamento Europeu), não venham pôr em causa os avanços conseguidos.

Sras. e Srs. Deputados Municipais,

Também na esfera das autarquias locais foram introduzidas algumas importantes medidas no sentido da reposição da sua autonomia administrativa e financeira (tão amplamente cerceada pelas políticas de austeridade), designadamente pela reposição da capacidade de contratação de Recursos Humanos e pela eliminação das imposições à estrutura dos serviços municipais.



No entanto, continua-se, como já vem sendo (mau) hábito, a não cumprir com a Lei das Finanças Locais, no que diz respeito as transferências do Estado para as Autarquias Locais, e a reduzir os montantes devidos pela participação dos municípios nos impostos do Estado, negando a estes, deste modo, uma maior capacidade de intervenção para a satisfação das necessidades dos seus munícipes. Segundo dados da ANMP, os valores não transferidos devido a estas duas realidades, nos últimos 16 anos, ascende já a quase de 3500 milhões de euros.

Também aqui é necessário continuar a lutar pela aplicação da lei e pela liquidação desta “dívida” aos municípios portugueses.

Mas nem assim as autarquias baixaram os braços na sua importante ação de promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações, contribuindo, concomitantemente, para o esforço nacional de consolidação e recuperação económica reduzindo o seu endividamento total, diminuindo os prazos médios de pagamento, reduzindo os pagamentos em atraso, apresentando uma melhoria no saldo global da administração local.

Em Almada este esforço não é novidade. É, sim, uma constante, um esforço reiterado ano após ano. Em 2016, como desde sempre, a tônica foi a do rigor na gestão e na utilização dos recursos públicos. A consolidação e o equilíbrio orçamentais, a contração nas despesas, as elevadas taxas de execução, a redução do endividamento, o elevado investimento, a não existência de dívidas a fornecedores, a manutenção de saldo de correntes positivo para financiamento de investimento, o pagamento atempado aos trabalhadores, a melhoria das suas condições de trabalho, foram algumas das muitas preocupações presentes na intervenção municipal, seja na CMA seja nos SMAS, e que se encontram espelhadas nos documentos agora em discussão.

O resultado está à vista: um município que continua com uma situação económica estável e sadia e com indicadores de desempenho invejáveis, alcançados, porém, sem ser à custa de cortes nas atividades desenvolvidas nem no tão necessário investimento em prol dos Almadenses e num contexto de efetiva redução da carga fiscal municipal.

De facto, agora que estabilizou o efeito das reavaliações do edificado na arrecadação do IMI, verifica-se que este decresce, fruto das decisões desta assembleia municipal de diminuição da sua taxa.

Verifica-se de igual forma, uma retoma da atividade económica no nosso concelho (que contraria alguns discursos também aqui catastrofistas de total estagnação), provada pelo aumento da arrecadação em sede de derrama e IMT.

Sendo esta arrecadação apenas possível existindo resultados positivos (para o primeiro) e transações de imóveis (para o segundo) e não tendo existido agravamento das suas taxas, tal apenas se pode explicar por mais lucros e mais transações, situação que não é, sem dúvida, alheia às políticas municipais levadas a cabo em Almada.

Em suma, os documentos de prestação de contas que hoje analisamos e discutimos, demonstram que Almada está viva.



Que a política de responsabilidade e respeito pela coisa pública levada a cabo pela CDU em Almada ao longo das últimas 3 décadas e que reiteradamente tem merecido a confiança dos almadenses, é uma política ganhadora, pelos resultados mas, acima de tudo, pela primazia que dá a Almada e às suas gentes!”

**7.1.1.4 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda gostaria de iniciar esta intervenção sobre os documentos de gestão do Município que estamos a analisar referindo precisamente os trabalhadores e as trabalhadoras da Autarquia pois sabemos que em grande medida é graças a eles e a elas que podemos ver a materialização do que aqui está espelhado nestes documentos. Nós não pretendemos fazer um balanço do que foram os quatro anos deste Mandato, até porque entendemos que a vida das pessoas não é compaginável com os ciclos eleitorais, as pessoas vivem as suas vidas independentemente dos ciclos eleitorais que a vida política do nosso País nos apresenta. No entanto o Bloco de Esquerda e o seu Grupo Municipal não pode deixar de referir que iniciámos este Mandato com um processo de revisão do PDM e vamos terminar este Mandato com esse mesmo processo de revisão do PDM em andamento. Aquilo a que assistimos em Almada é um conjunto de Planos de Pormenor atrás de Planos de Pormenor que nos levantam duas dificuldades. Uma dificuldade por um lado é fazer com que esses Planos de Pormenor saiam do papel e a outra dificuldade é que esses Planos de Pormenor e a ausência de um PDM em efetividade de funções, dificulta uma visão estratégica global do território. Terminar este mandato sem esse instrumento importantíssimo de gestão do território aprovado é grave e deixa uma marca negativa inquestionável. Já aqui foi referido por vários Grupos Municipais a importância que assumiu o realojamento das famílias da rua do Juncal. O Bloco de Esquerda deu os seus contributos ao longo deste ano como deu nos anos anteriores em relação a esta matéria. Nós estivemos muito perto das pessoas que foram realojadas e estamos muito perto das pessoas que falta realojar. Entendemos que há um longo caminho a percorrer, temos falado repetida e constantemente nisto, as pessoas precisam de condições para viver e ficamos sempre, eu não diria assustados mas de pé atrás quando ouvimos um Partido como o PSD, que todos nós nos lembramos que é o Partido do País está melhor mas as pessoas nem por isso, falar sobre o realojamento destas famílias porque o Bloco de Esquerda não quer um trator por cima destas casas e as pessoas que vão às suas vidas e que se arranjem. Nós queremos que quem escolhe Almada para viver tenha condições para viver em Almada. Não queremos que aconteça em Almada uma repetição do que acontece na Amadora atualmente. Falta portanto realojar as pessoas que vivem sem condições de vida, embora as tenham visto ser atenuadas ao longo deste ano. No 2º Torrão, nas Terras da Costa, mas falta também e o Sr. Deputado Municipal da CDU que aqui falou de forma tão enfática sobre a Trafaria, esqueceu-se de falar do Bairro dos Pescadores aqui na Trafaria. O Bairro dos Pescadores na Trafaria onde algumas centenas de pessoas vivem sem um mínimo de condições



de vida também, com casas degradadas, com situações que não nos podem deixar dormir descansados.

Em relação ao edificado adquirido pela Autarquia. Nós não nos esquecemos que o Bloco de Esquerda votou contra a aquisição de dois edifícios durante este ano e votou favoravelmente a aquisição de outros dois. Aquilo que nós gostávamos de perceber e temos perguntado de forma reiterada a este Executivo é, qual é o destino a dar a estes edifícios adquiridos pela Autarquia, uma resposta clara, uma resposta concisa, o destino é este? O destino será este? O destino era este mas não é possível e estamos a estudar outras alternativas? A resposta pertence aos Senhores. Agora o que nós sabemos é que um dos edifícios que foi adquirido por um milhão e setecentos mil euros se a memória não me engana é o edifício da Cooperativa Piedense e uma parte do telhado que ruiu. A Autarquia acautelou de alguma forma a possibilidade de isto acontecer? Tinha conhecimento do estado do edifício? Estão salvaguardados os interesses da Autarquia e dos Municípes?

Em relação à Costa da Caparica. O Bloco de Esquerda defendeu desde sempre a realização dos Festivais, entendemos que todas as ações de promoção são importantes. Não esquecemos que temos algo que nos separa da atuação deste Executivo que é a manutenção do trabalho voluntário pelo menos num dos Festivais a julgar pela resposta que nos foi dada recentemente que é o Sol da Caparica. Entendemos que a tarefa que corresponde a um posto de trabalho, mesmo que seja no caso dos festivais, um trabalho temporário, deve corresponder remuneração adequada.

Em relação àquilo que está acontecer e que aconteceu em relação ao Polis. Nós já percebemos que o Polis foi uma oportunidade em certa medida perdida e uma oportunidade que falhou. Agora, o que é que vai acontecer a quem vive na Costa permanentemente, doze meses por ano, todos os dias da sua vida, ali trabalham...

A Costa da Caparica é importante para todo o Município como polo de atração turística, mas e muito mais importante para quem lá vive, para quem lá faz a sua vida. E portanto, nós gostaríamos que houvesse da parte do Município, da parte já agora de todos os Grupos Municipais uma preocupação mais marcada, mais efetiva sobre as condições de vida de quem vive na Costa da Caparica.

O Bloco de Esquerda fez ao longo deste ano o mesmo que fez nos três anos anteriores e nos Mandatos anteriores, fez uma oposição que tentou ser construtiva, dialogante, respondendo à chamada sempre que fomos chamados, apresentando as nossas propostas, defendendo-as e deixando em grande medida alguns contributos que estão espelhados neste Relatório, não nos esquecemos que o Plano de Emergência Social existe e existe não exclusivamente como é evidente, graças ao Bloco de Esquerda, mas existe graças a uma convergência de interesses dentro desta Assembleia e dentro do próprio Executivo da Câmara. É preciso termos atenção a estas situações, porque há muitos problemas a resolver, a mudança do quadro político e a melhoria em certa medida, das condições de vida das pessoas, não está terminada, há muito trabalho a fazer e é preciso continuarmos atentos a estas questões. Acreditamos ainda e isto independentemente de podermos



mais adiante acrescentar algumas coisas. Existe margem para descer ainda mais as taxas e os impostos que são cobrados aos Municípes em Almada.

Acreditamos que faz isso também parte da melhoria de condições de vida das pessoas. Nós sabemos que há um compromisso da descida da taxa do IMI, acreditamos face aos números que nos vão sendo apresentados ano após ano que é possível ir mais longe e facilitar também nesse aspeto a vida a quem vive em Almada.”

**7.1.1.5 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em 2016 a educação e formação dos jovens do Concelho, continuaram a ser área prioritária de intervenção em investimento municipal, indo como é hábito ao encontro do compromisso assumido.

Em colaboração com a Comunidade Educativa mantiveram-se a defesa do sistema educativo público, universal, inclusivo e de qualidade. Desenvolveram-se o programa de atividades e enriquecimento curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como o projeto “Guardiões de Almada” que levou a cabo iniciativas como a Festa de Natal das Escolas. Dinamizou-se o Carnaval das Escolas e Instituições Educativas, a Festa Verde e as Marchas Populares Infantis, participou-se em candidaturas ao programa Erasmus Mais e projetos referentes ao combate ao insucesso escolar. Executaram-se e desenvolveram-se o Plano Municipal de Transportes Escolares e o Programa Municipal de Ação Social Escolar que asseguraram tanto o fornecimento de refeições escolares em todos os refeitórios sob gestão direta do Município, como nos refeitórios que constam regulados com protocolos. Com a atribuição através do Programa Pasta Escolar dos manuais escolares aos alunos do 2º ano de escolaridade e materiais didáticos e de uma mochila a todas as crianças matriculadas no 1º ano de escolaridade na rede pública do Concelho. Promoveram-se e apoiaram-se programas orientados para a ocupação de crianças e jovens nos períodos de interrupção letiva ou nas férias escolares como foi o caso da realização de férias da Primavera, férias de Verão, Férias Jovens.

A nível do Parque Escolar do Município executou-se o plano de conservação e manutenção assente em princípios de eficiência energética e ambiental, que permitiam a modernização gradual dos edifícios escolares e continuou-se com monitorização da Carta Educativa do Concelho apresentando-se propostas de ampliação e de ordenamento da rede escolar.

No domínio da educação formal e não formal, privilegiou-se a aprendizagem ao longo da vida, realizaram-se visitas guiadas pelos serviços educativos às exposições permanentes. Apoiou-se e divulgou-se a atividade das Universidades Séniores do Concelho e desenvolveram-se ainda projetos e eventos de âmbito internacional de que é exemplo a realização da 2ª edição do Festival de Música Cidade de Almada, no qual se integrou o Concurso Internacional de Música Cidade de Almada 2016.

No Ensino Superior a investigação académica frisando igualdade de oportunidades de acesso à educação e produção de conhecimento, manteve-se a atribuições de bolsas de estudo e do Prémio Almada Cidade Inteligente.



Realizou-se a 13ª edição da Mostra de Ensino Superior, Secundário e Profissional e preparou-se ainda a 3ª edição do Prémio de Investigação Cidade de Almada. Por fim, foram também inúmeras iniciativas promovidas com o intuito de fomentar as diferentes expressões artísticas e culturais dos jovens. Lançou-se o Projeto Orquestras Sinfónicas Juvenis, Orquestras Geração, com o Agrupamento de Escolas do Miradouro de Alfazina.

Realizou-se a Quinzena da Juventude, a 7ª edição do Concurso Jovens Talentos 2016, a 7ª edição da Mostra de Grafiti de Almada e dinamizou-se ainda o Fórum Municipal da Juventude.

Concluindo em 2016 o Município continua a apostar nas nossas crianças e jovens, na sua educação e aprendizagem. Deste modo Almada continua a apostar no futuro trabalhando por uma sociedade mais justa e fraterna.”

**7.1.1.6 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Sr.ª Vereadora Amélia Pardal ontem disse que nos ia enviar hoje um e-mail com aqueles dados que foram fornecidos sobre as AUGI. Durante o dia não recebi nada, não sei se há algum problema com os e-mails.”

**7.1.1.7 – A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu vou fazer um desafio aos Portugueses, não ao Sr. Presidente da Câmara, vou perguntar e vou dizer o que todos nós sabemos - o povo português, os trabalhadores, os reformados, a juventude - todos sabemos, menos o Deputado do PSD, o Sr. Deputado Nuno Matias e sobretudo o seu Partido, que não percebe que as políticas seguidas pelo seu Governo PSD-CDS que o Sr. tão empenhadamente defendeu, com os cortes nos salários, nas reformas, nos aumentos brutais de impostos, nos ataques ao Serviço Nacional de Saúde, à Escola Pública, nos cortes sociais, sobretudo aos mais necessitados e mais vulneráveis, no aumento do desemprego que pelas políticas de asfixia levou milhares de pequenas e médias empresas à falência, mas sempre com as mãos abertas, largas, untadas de dinheiro para os grandes grupos económicos, obrigaram a canalizar e a reforçar pela parte dos municípios o seu empenhamento para os apoios sociais decorrentes dessas políticas governativas. E como o Sr. não percebe esta realidade não pode valorizar e interrogar-se qual foi a grande obra realizada pelo Município de Almada pela Câmara de Almada. Porque não consegue reconhecer que esta grande obra deste Mandato (nós não estamos a fazer a avaliação do Mandato Sr. Deputado, já lá iremos) e particularmente do ano 2016, porque infelizmente a crise não acabou, o apoio da autarquia foi reforçado pela profunda crise social que ainda existia e que portanto o PSD não entende, porque por opção mergulhou o País e o nosso povo no empobrecimento, na miséria.

E portanto, porque somos diferentes e porque de facto as opções diferentes de quem está na política seja nos Governos do plano central ou local é para privilegiar os direitos, é para privilegiar a dignidade do Estado Social e os interesses das pessoas, o Sr. não percebe que a grande obra que muitos recursos foram canalizados para contrariar o mal que os Srs. fizeram durante quatro anos.



Mas, Sr. Presidente o debate que hoje travámos aqui não é seguramente para fazer o balanço do Mandato. O que nós estamos a analisar é o documento que presta contas sobre um Plano para 2016 que esta Assembleia votou e o que se pretende saber é se esse plano votado para 2016 foi cumprido ou não e em que medida é que foi cumprido ou não. Não cabe a esta Assembleia Municipal hoje em função de um Relatório, aquele que está nas nossas mãos fazer balanços de mandato. Porque se fôssemos fazer balanços de Mandato podíamos dizer mais coisas do que vou dizer hoje e que obviamente não vou ser exaustiva na análise ao documento, mas ainda assim parece-me que é importante analisar o documento ao longo dos 7 Eixos em que está estruturado o Relatório e que não podia deixar de ser. A totalidade do trabalho desenvolvido em 2016, aliás até porque ao longo do ano de 2016 em todas as Assembleias Municipais Ordinárias nós fomos fazendo a análise e fomos fazendo o controlo perdoem-me a expressão, fomos fazendo o acompanhamento daquilo que a Câmara ia fazendo relativamente a esse plano e portanto tivemos ao longo do ano 2016, pudemos analisar nas Sessões Ordinárias os vários Relatórios de Atividade ao longo do tempo. O ano de 2016 ainda foi um ano de crise para a generalidade dos trabalhadores e dos Reformados, das Famílias, mas também para as Autarquias. Em Almada a aposta foi de facto no reforço da solidariedade e no apoio social, o trabalho desenvolvido com as instituições de solidariedade social no seio do Conselho Local da Ação Social de Almada – o CLASA, nos vários grupos de monitorização, de deficiência, idosos, saúde, freguesias, infância, crianças e jovens e comunidade educativa, empregabilidade e qualificação; habitação; proteção civil, igualdade de género. São exemplos que nós temos, podemos analisar ao longo do Relatório.

Acresce o apoio direto feito pelo Município para as IPSS, para a melhoria e qualificação das respostas sociais do nosso Concelho.

Destacamos também o Plano Municipal de Emergência de Apoio às pessoas e famílias em situação de privação e de precariedade social como foi o exemplo da atribuição de elevadas verbas para pagamento, sobretudo de despesas com a habitação que andou na ordem dos 150 mil euros.

Em 2016 Srs. Deputados, realojaram-se 84 agregados familiares envolvendo 214 cidadãos. Ou também a gestão social do parque habitacional, consideramos que as intervenções de conservação e manutenção ainda que insuficiente, há muito para desenvolver e portanto, estamos a analisar 2016, não estamos satisfeitos com o estado atual, mas consideramos que foi feito um esforço interessante e importante, e as intervenções para as questões das intervenções para a conservação e para a manutenção.

Uma palavra ainda sobre a Administração do Poder Local onde se demonstra os avanços conseguidos nesta frente, designadamente o Plano Municipal para a igualdade de género, o projeto piloto de inclusão para a literacia digital dos alunos, o Plano Municipal de Emergência para a Proteção Civil e a Defesa da Floresta Contra os Incêndios. Sem esquecer a modernização, valorização dos serviços públicos, do serviço público do município como por exemplo a atividades desenvolvida na administração urbanística, o Plano de Prevenção de Riscos da Gestão seja na realização de



processos de auditoria interna para a melhoria continua do Serviço Público Municipal, seja também incluindo nestes riscos os riscos da corrupção e infrações conexas. De facto em Almada os eleitos não têm processos em Tribunal por corrupção.

Tudo isto, tudo se fala pouco. Respeitando e já não seria pouco, consideramos que também todo o processo em 2016 foi sustentado e desenvolvido em conjunto com os trabalhadores. Os trabalhadores ou os seus direitos foram respeitados, melhoraram-se as condições de trabalho dos mesmos. O Município, o Executivo cumpriu com a sua obrigação no cumprimento da relação com as organizações representativas dos trabalhadores e nós considerámos que a execução das ações previstas no Plano de Atividades de 2016 andar­á perto dos 95%, num processo de envolvimento crescente das populações, estimulando a democracia participativa e merece o voto favorável da CDU.”

**7.1.1.8 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não concebo que este ponto da ordem de trabalhos, pela importância que tem não só para os trabalhos desta Assembleia, mas também para o Município, visto que estamos a debruçar-nos sobre um ponto em que é passada em revista a atividade do Município durante o ano de 2016, não vejo portanto este ponto como sessão de monólogos. É um ponto em que deve haver debate e neste ponto foram feitas intervenções em que foram formuladas perguntas e é natural que considerando as características da matéria em causa haja possibilidade de haver troca de opiniões. Não me parece possível que depois de um conjunto de intervenções algumas delas não as definitivas das várias bancadas se passar à votação sem haver uma intervenção da Câmara relativamente às questões colocadas. E portanto, a questão que coloco neste momento é saber porque é preciso saber se a Câmara não quer responder à Assembleia. Porque se não quiser responder à Assembleia eu faço a minha intervenção final, se a Câmara quiser responder à Assembleia então farei a intervenção a seguir, visto que há um conjunto de aspetos que foram colocados e cujo esclarecimento obviamente enriquecerá a análise que estamos a fazer.”

**7.1.1.9 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como é óbvio Sr. Deputado José Courinha Leitão, a Câmara ia intervir. Já houve ocasiões em que não aconteceu, não se justificou, lembro-me perfeitamente de uma delas mas as circunstâncias aqui são diferentes e diferentes também dessa outra Assembleia. Porque há matérias que como se sabe Srs. Deputados, Sr.ªs Deputadas, há matérias que não evoluem se nós estamos entrincheirados na nossa perspetiva e se não nos procuramos também ouvir uns aos outros para nos compreendermos melhor e para nessa medida também ajudarmos à compreensão dos nossos concidadãos em relação aos processos sem que isso obrigue a que tenhamos posições comuns sobre as matérias mais diversas. E portanto, o nosso desejo é também contribuir para o esclarecimento e admitindo que as dúvidas colocadas todas elas poderão ter alguma legitimidade independentemente de estarem mais ou menos eivadas de algum preconceito.



Em relação às questões colocadas pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria D'Assis, em relação à questão do Programa Municipal de Emergência Social foi chamada atenção para o facto de 93 mil euros em relação ao ano de 2016 e só cobrindo três quartos do ano serem dedicados ao apoio às rendas de habitação e portanto a necessidade de haver uma resposta estrutural em matéria de habitação. Como é sabido os Municípios como Almada que se debatem com problemas desta natureza têm vindo a procurar encontrar junto o Governo uma alternativa para aquilo que foi a insuficiência dos programas PER. Os Programas PER foram lançados no contexto que sabemos, pelo menos os mais velhos devem-se lembrar disso, na sequência de uma Presidência aberta do Presidente Mário Soares e resultou numa assunção partilhada por parte dos Municípios e do Governo de resposta às necessidades de realojamento. Isso foi feito com base num modelo que ao fim de poucos anos se revelou incapaz de continuar a dar resposta, até porque os valores calculados para as habitações naquela época dos anos 90 ao fim de poucos anos estavam completamente ultrapassados, num contexto de crescimento rápido da oferta imobiliária e de imensa especulação como também é sabido em torno dessa matéria. Lembro-me perfeitamente que na altura havia habitações, já não e lembro exatamente qual era a tipologia para 11 mil contos, quando aquilo que se encontrava no mercado já estava à volta dos trinta e tal mil contos e portanto estávamos completamente incapacitados de continuar a dar o mesmo modelo de resposta. Desde há algum tempo a esta parte que se tem procurado que assumindo a segurança social e o IHRU a responsabilidade dos programas sociais conduzidos pelo Governo, continua a ser do Governo a responsabilidade do essencial daquilo que é o Programa de habitação que essa partilha que foi assumida no quadro dos Programas PER, pudesse ser reconstruída num outro molde, um molde que nos permitisse manter-nos neste procedimento de resolvermos definitivamente este problema se é possível falar assim, Porque o problema da habitação Senhores Deputados como devem saber, não se resume e já é grave, aos problemas das habitações degradadas, existe em larga medida nos problemas da desadequação das habitações às características das famílias, ao seu alargamento e às restantes condições que envolve o fenómeno ou a satisfação do direito à habitação. Aliás, nós o número de pedidos de habitação, por razões desta natureza que são propriamente as situações de habitação degradadas são seis vezes superiores ao número daquelas que resultariam só da aplicação dos programas de realojamento por habitação degradada. É bom termos consciência da dimensão do fenómeno e termos também o conhecimento de que a intervenção do Município não se faz só em relação à habitação degradada também se faz em relação aos problemas sociais ligados à habitação e largamente em relação a estes fenómenos. E portanto, apesar disto fizemos e acho que já foi suficientemente sublinhado isso, é preciso dizer o seguinte, nós tivemos uma catástrofe até ao final do ano de 2015 que foi a existência de um Governo com uma total insensibilidade social que criou um problema gravíssimo ao País, um problema de tal maneira grave em que o maior problema foi da emigração de centenas de milhares de jovens, dos nossos jovens mais qualificados e mais formados. E esta é uma realidade estrutural e estratégica do País e sem a qual dificilmente conseguiremos se não for ultrapassada, conseguiremos fazer com que



Portugal seja um País produtivo, desenvolvido e soberano. Temos que resolver de facto esse problema que resultou de uma desgovernação que acabou numa péssima governação com este Governo que foi constituído em 2011. Não estava a dizer que a desgovernação tivesse começado em 2011 porque ela já tinha começado antes pelo menos na nossa modesta opinião em relação a essas matérias. Mas de facto a primeira grande obra em Almada é como resistir àquilo que se está a passar em relação aos nossos Municípios. E quem não compreenda isto, está a compreender pouco daquilo que se passou no nosso País, e não estou aqui a avolumar aquilo que os portugueses sabem e conhecem perfeitamente. E por isso em relação aos grupos mais vulneráveis assumimos que era necessário intervir. E o grupo das crianças e dos jovens foi o grupo que assumimos, as nossas responsabilidades em relação ao ensino primário e em relação aos Jardins de Infância, têm que ser plenamente assumidas e foi isso que fizemos, aquilo que é nossa responsabilidade a indicação dada a toda a gente, tem que ser plenamente assumida, nas características das escolas que não eram só os problemas do fibrocimento, no equipamento das escolas, no dotar de equipamentos informáticos, nos logradouros, nos ensombramentos em todas as condições. Para estarmos em perfeitas condições de obrigar o Governo a cumprir o seu papel em relação ao segundo e terceiro Ciclo e em relação ao Ensino Secundário, nós temos que ter cara limpa e mãos lavadas e foi isso que fizemos e é isso que estamos a fazer. A nossa responsabilidade será plenamente assumida em nome das nossas crianças, dos nossos jovens, das famílias que querem ter filhos. Dissemos isso e que os querem naturalmente educar da melhor maneira e mantemo-nos coerentes em relação a este projeto. Ainda há pouco com a apresentação de um projeto comunitário em relação aos problemas que estão por resolver do insucesso escolar, estamos e continuaremos a estar nesse combate.

A mesma coisa em relação à Pasta Escolar, a mesma coisa em relação às férias para crianças destes grupos sociais. Em relação ao alargamento do tempo em que podem estar na escola, num acordo larguíssimo com as Associações de Países, enfim e em relação também aos períodos de interrupção escolar. Há uma parte muito significativa deste apoio que é assumido com o dinheiro dos nossos Municípios, que a Câmara gere e que utiliza para que esses programas possam ser concretizados. Os Programas Sociais são os da habitação, mas são depois todos os outros que são feitos. Apostamos na qualificação e na manutenção daquilo que são os nossos traços mais marcantes. Almada como cidade da cultura, de promoção da tolerância, da coesão social, do entendimento entre os cidadãos, prestigiada por esse trabalho, nas várias formas de intervenção cultural, estamos aí, a atividade desportiva a mesma coisa, os equipamentos desportivos, a capacidade de as pessoas se auto-organizarem nas suas Associações garantindo-lhe autonomia e não ficarem dependentes dos subsídios que a Câmara eventualmente possa ou não possa dar. Isto foram as nossas opções estratégicas. Fortalecer a capacidade das pessoas intervirem e não ficarem dependentes que, era a situação em que se estava, de um trabalho mal pago, em muitos aspetos quase escravo a que eram obrigados, colocando-lhe. “ou aceitas este salário ou não tens emprego ou emigras”. Foi essa a situação que se criava em relação a tantos e tantos jovens e tantos e tantos portugueses. Capacidade



de se organizarem e de resistirem, fizemos isso? Sim! É político? É! E Social? Também! Conformado? Nunca! Mas é o projeto que temos desde o início e que assumimos perfeitamente. Os portugueses sabem e os almadenses sabem quando votam nesta Administração estão a votar na sua capacidade para concretizar de acordo com a sua vontade aquilo que é o seu futuro ou o seu desejo de construção do futuro, seja ele qual for, com as nossas diferenças, não recusando que ninguém, a ninguém o direito de se exprimir e de se defender e de se poder realizar. Recursos infinitos, não temos. Distribuímos sempre bem? Acreditamos que nem sempre tenhamos tomado a decisão mais acertada. Procuramos estar no melhor sítio? Procurámos! Para o que estamos disponíveis para corrigir? Estamos. Ouvindo os outros? Sempre. Esta é a nossa maneira de estar. Não somos infalíveis, não se convençam disso. Não há nenhuma infalibilidade nesta equipa de trabalho e somos todos responsáveis, porque só aprendemos a ser responsáveis se estivermos convencidos que não somos infalíveis. Porque é sermos capazes de dizer porque é que tomámos aquela opção ou porque é que optámos por aquele caminho. E as responsabilidades coletivas são as responsabilidades que cada um tem. E portanto esta também é a nossa forma de estar e é a nossa forma de nos relacionarmos.

Os nossos recursos são aqueles que temos e que procuramos e procurámos em 2016 utilizar da melhor maneira dentro deste quadro que lhe referimos.

Com os trabalhadores? Sim Senhora. As 35 horas? Não estivemos sozinhos mas fomos dos primeiros. Não estivemos sozinhos, o Poder Local assumiu as 35 horas. Mas fomos dos primeiros. Assim como fomos dos primeiros a contratar pessoal mesmo quando o Governo nos queria impor a redução do Pessoal. Contratámos. Assim como fomos dos primeiros a fazer a mobilidade intercarreiras quando ainda não se sabia como é que se devia fazer, porque não podíamos manter trabalhadores que tinham feito a sua formação adquirindo o Ensino Superior ou outros graus de ensino, ou o 12º ano e que se mantinham em categorias não compatíveis com aquilo que eram hoje as suas capacidades, quando nós tínhamos as necessidades que os seus conhecimentos fossem postos ao serviço do interesse público. Assumimos isso, assim como assumimos melhorar as suas condições de trabalho em particular nos setores operacionais, mas em relação a todos os setores da Câmara Municipal. Sempre com os trabalhadores e naturalmente mobilizando-os. Porque o seu conhecimento da realidade é fundamental para que as coisas se façam. Não é por mera opção ideológica, os trabalhadores, o partido dos trabalhadores? Não. É porque estamos perfeitamente convencidos que só com o seu empenho é que muitas e muitas coisas são possíveis de concretizar. O essencial das coisas para sermos mais claros até em relação a esta matéria.

Saldo do exercício. Sim senhora, assumindo desde o início, questão consensual, não se pode é andar a mudar de posição. Aquilo que se dizia é como é que um saldo de gerência de 35 milhões de euros e tanta coisa para fazer, nós não mobilizamos esse saldo de gerência para resolver os problemas sociais. Essa era a tônica quando aqui cheguei e por isso mobilizámos o saldo de gerência para quê? Para fazer despesa, claro. Então devia de ser para quê? E foi isso, o saldo de gerência foi utilizado



para corresponder às nossas necessidades que naturalmente se nós aumentamos o número de trabalhadores, se nós repomos direitos e repomos aquilo que lhe foi retirado, isso tem que significar um aumento da nossa despesa com o trabalho. Se nós temos que gastar dinheiro em horas extraordinárias para corresponder àquilo que são as necessidades de limpeza do nosso território ou daquilo que tiver sido, nós fá-lo-emos. Este ano ainda os nossos trabalhadores da limpeza das praias vão começar a trabalhar cerca de um mês mais cedo do que aquilo que temos conseguido acompanhar. Mas desde o início tivemos este propósito. É pena é que nos concursos, da situação que foi criada, ainda agora para 5 postos de trabalho tenham aparecido oitocentas pessoas a inscrever-se e o concurso vai ter que demorar o tempo necessário para que os oitocentos sejam avaliados. E temos que fazer as coisas e vamos fazendo com o caminho e nas condições em que estamos naturalmente obrigados a fazer. E naturalmente as despesas de capital também aumentariam se os governos, designadamente aquele que antecedeu este, não passasse tanto e tanto tempo para que se abrissem os famigerados avisos dos concursos para a concretização do Portugal 2020. Porque o dinheiro já lá estava o ano passado e transitou para este ano, porque os concursos de outubro passaram para maio, não era essa a indicação que havia, nós sempre dissemos que o Programa do Portugal 2020, 25 milhões de euros, a Câmara assumia a sua responsabilidade em 17 milhões de euros. E o dinheiro tem que lá estar para se fazer as coisas. E temos um projeto para a Cidade. O projeto de uma grande Área Metropolitana de Lisboa na qual Almada tem o seu papel, com a Margem Sul do Tejo a desempenhar o seu papel, o seu papel que desempenhou no passado e que é necessário que volte a desempenhar no presente, porque os grandes investimentos do País estão aqui, estão ali na Quimigal, na Siderurgia e na Margueira, aqui é que está o projeto estratégico. E o que é pena é que os despachos feitos pela Baía do Tejo não seu tempo e ainda com o outro governo (PSD-CDS) tenham ficado na gaveta, esse papel existe, esse papel existe e nós conhecemo-lo, e ficou na gaveta meses e meses, e meses e só agora é que se está a resolver o problema da titularidade e do território da Margueira e estamos agora mais próximos. Ainda não está feito. De se poder falar com os promotores e com os investidores. Uma pessoa muito querida dizia, “quando a raposa anda aos grilos, mal pela mãe, pior pelos filhos.”

Eu penso que o PSD segue um bocadinho nesta matéria a política dos grilos e da fome da raposa. Temos as grandes coisas do investimento, as grandes coisas é ai que nos temos que centrar e a capacidade de arrasto em relação a tudo o resto. Nós temos neste momento a Madan Parque, a Novalmadelva, o Quarteirão das Artes e agora também em relação tanto quanto sabemos em relação à Margueira, os parques vão estando cheios das empresas. A nossa receita da Derrama aumentou 30%. Essa informação existirá toda com certeza e com certeza todos saberão que mesmo não gostando nós, das características de alguns investimentos porque não deixam de ser investimentos, ou não gostando tanto, não há dúvida que criaram muitas centenas de postos de trabalho. Eu já não me vou referir à loja da PRIMARK, porque esse é um exemplo, mas houve outras. Mas nós não desistimos do emprego industrial e de continuarmos a ter uma componente industrial no



nosso território. E todas as oportunidades (ficam a saber isso) que nos são colocadas, nós procurámos dar resposta, mas também dizer que não é por termos essa necessidade e termos essa consciência que aceitamos tudo. As empresas devem respeitar as condições ambientais do nosso território. E não é por nos virem pôr ali um adjetivo do século XXI que as coisas se vão fazer, se não respeitarem aquilo que é as nossas características naturais e vamos fazê-lo. Nós assumimos muita coisa, mas temos que defender aquilo que está para além da nossa geração e portanto da nossa perspectiva de hoje. Não podemos comprometer o nosso futuro porque os outros considerando que nós estamos enfraquecidos, se nos tratam a nós Municípios para não dizer a nós País, como alguns patrões tratam os seus trabalhadores, queres emprego, aceitas este salário, senão não vens trabalhar. Não! A nossa dignidade e a nossa existência como seres humanos está aqui, sabemos bem aquilo que nós queremos e que somos capazes. É a nossa maneira de estar, acredito que outros possam ter outra em relação a esses assuntos.

Senhores Deputados penso que sem responder, mas já agora queria dizer também à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Salvado que colocou uma questão em relação aos protocolos o ano passado, assinados, já no final do ano em relação ao reforço do apoio financeiro para várias Instituições Particulares de Solidariedade Social poderem reforçar a sua capacidade de apoio domiciliário.

Houve um estudo feito pelo Instituto Superior Egas Moniz. Um estudo sério ao qual a Câmara se associou e que demonstra que existe uma fortíssima necessidade de apoio domiciliário para pessoas idosas ou pessoas que se encontrem em situação de falta de apoio da sua rede social. E portanto a intenção foi lançar um processo que reforçasse a capacidade de apoiar as pessoas na sua casa. E como se devem lembrar no Plano de Atividades para o ano 2017 aparecem duas coisas que vão no mesmo sentido que é a criação de um processo de lavandaria com as pessoas em casa, com um processo de recolha e lavagem da roupa e outro das pequenas obras, não é nada inovador, são coisas que outros Municípios já fizeram e que até nós aqui em Almada já temos feito através da Santa Casa da Misericórdia, mas levar esse projeto mais longe das pequenas obras em casa das pessoas. Procurar que as pessoas se mantenham em casa com o maior conforto possível, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não está cá, mas a intenção é esta. O balanço desse trabalho ainda não está feito, a iniciativa foi lançada no final do ano passado.

A candidatura à Cidade Europeia do Desporto, a avaliação da candidatura, aspetos a melhorar. Nós não acompanhamos algumas pessoas que dizem que o facto de haver o Deputado a, b, c no Parlamento Europeu, que estando mais ligado a esta ou àquele sítio tivesse influenciado, não temos essa ideia. A cidade com quem competimos é uma grande cidade do desporto, que é Braga e nós reconhecemos a Braga o mérito de ter sido escolhida sem que isso nos diminuísse em nada o nosso projeto do desporto para todos em todas as condições e para todas as idades. Um projeto que vive para além da candidatura e que só saiu reforçado com essa candidatura. É essa a nossa postura em relação a essa matéria, foi bom termo-nos candidatado, pusemo-nos numa situação de stress, mas é um stress positivo e que os permitirá com certeza ir mais longe. Mudanças estratégicas como alguns



esperam, não. Nós mantemo-nos fiéis àquilo que é o propósito com o qual mais cedo ou mais tarde nos temos vindo a identificar.

Houve quem não acreditasse no Parque da Paz e hoje todos reconhecem que o Parque da Paz foi importante.

Houve quem não acreditasse que a intervenção em Cacilhas, e hoje considera-se que foi boa a intervenção em Cacilhas. Nós não pretendemos de maneira nenhuma ser pioneiros ou ser únicos nestes projetos. Acreditamos que alguns não se poderão realizar da maneira exatamente como queríamos. Agora, nós precisávamos de ter condições para qualificar ainda mais o centro de Almada e essa foi a razão que desde o início sempre foi dito para a aquisição da garagem da Auto Monumental e depois a aquisição do edifício da EDP. Rejuvenescer, trazer jovens para o centro da Cidade, trazer atividades para o centro da Cidade, uma parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia e procurando um outro parceiro que possa ajudar a concretizar esse projeto, isto no que diz respeito à EDP e criar as condições para uma intervenção que requalifique o Mercado de Almada e essa zona central.

E com certeza aqueles que estiveram há dias na plataforma, no debate sobre as questões da mobilidade e que entraram no espaço da Auto Monumental com certeza que devem ter todos verificado que é um espaço com imenso potencial, foi uma ótima aquisição, todos reconhecerão. E o Tribunal de Contas também o reconheceu. A quem também tivemos que dar exatamente as justificações que aqui nos foram pedidas, por que razão vão comprar e por que razão por este preço e como é que essa coisa foi feita e o concurso e tal, e tal. Eu penso que endereçando aos Srs. Deputados as respostas dadas ao Tribunal de Contas que encontrarão as respostas. A compra foi autorizada. O que está em causa não é a compra dos edifícios é a necessidade ou não de um empréstimo para concretização dessas compras e que pelo facto de nós termos pago um milhão de seiscentos mil euros o Tribunal de Contas considera que não é necessário esse valor estar inscrito no valor do empréstimo. Nós já pagámos para que é que querem o dinheiro se já pagaram? No fundo a pergunta é simples e é essa matéria que virá no ponto à frente desta Assembleia Municipal.

Enfim, estou certo que não respondi a todas as questões que foram colocadas, mas entendo que muitas questões concretas, foram questões que têm um quadro político que interessaria aqui responder. Mas ainda há outra coisa que queria dizer. As contas do Município e as Contas da Administração do Município dos seus Órgãos Executivos, são as contas da Câmara e as contas dos SMAS. Há aqui uma questão procedimental que é a apresentação. Mas nós não podemos desligar toda a nossa intervenção da forma como gerimos o conjunto destas matérias. As contas da Câmara e depois não se fala das contas dos SMAS e depois fala-se da ECALMA e tal, eu percebo que há aqui um papel político dos carraceiros que todos temos que ter em conta quem conhece o Alentejo conhece o papel importante que essas aves desenvolvem na proteção da saúde do nosso bem-estar. E esse papel de identificar os problemas, onde é que eles estão, onde é que estão as feridas do nosso sistema, é um papel útil. Eu considero que esse papel é útil. Mas seria incorreto, seria desanimador



que só víssemos aquilo que de negativo fazemos. Nessa condição nem sobrevivemos enquanto seres humanos nem enquanto sociedade.

Temos que nos saber encontrar a nós próprios para conseguirmos fazer o caminho e encontrar a coragem necessária para vencer dificuldades reconhecendo também aquilo que somos capazes de fazer bem.”

**7.1.1.10** – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Almada tem uma característica muito específica, muito própria. Os cidadãos de Almada gostam de Almada e gostam do seu Concelho. E valorizam o seu Concelho, quando o comparam com os Concelhos limítrofes e nós temos logo essa grande alegria e esse grande prazer, que é de vivermos num Concelho de que nós gostamos e de que gostam aqueles com quem nós vivemos. Isto significa que quando discutimos as matérias da nossa terra, devemos fazê-lo, é minha perspetiva, sem críspação e sem dicotomias abusivas. A Câmara até agora fez tudo bem? Não! Nós entendemos que não fez tudo bem e temos uma visão crítica relativamente a muitas coisas e apresentamos essa visão crítica aqui com o orgulho de a termos e com vontade de mostrarmos que pudemos fazer melhor. Mas não vamos negar o caminho que foi traçado, não vamos desvalorizar os aspetos que apesar de tudo são importantes. O Sr. Presidente referiu a questão da educação, a educação no Concelho de Almada foi ao longo de muitas décadas em que eu estou aqui na Assembleia Municipal uma preocupação minha, trouxe repetidamente o problema aqui. Estão resolvidos todos os problemas? Não estão resolvidos todos os problemas. Há problemas a resolver na cobertura do pré-escolar, na articulação entre o pré-escolar autárquico e o pré-escolar solidário. É necessário garantir que as famílias tenham as melhores ofertas nos locais onde vivem. O 1º Ciclo ainda pode ter melhorias significativas, entendemos que sim e mais à frente vou-me referir a uma preocupação que tivemos e que achamos que infelizmente não foi devidamente acautelada na execução de 2016. Mas temos de reconhecer que ao nível dos equipamentos, ao nível das preocupações pedagógicas, ao nível do serviço prestado às famílias, as crianças, houve um caminho percorrido que deve ser reconhecido e para o qual temos a pretensão que alguns consideraram exagerada, de termos contribuído com as críticas que fomos fazendo aqui também ao longo do tempo.

É neste contexto que o que tenho a dizer deve ser entendido.

Quando nos debruçamos sobre o Relatório de Atividades e Conta de Gerência de um ano, um primeiro exercício que se justifica fazer é visitar o momento em que as opções foram tomadas, a discussão que foi feita na altura, as expetativas que se tinham e os compromissos que se assumiram. E o PS aqui nesta Assembleia tem desde logo um aspeto que não considera satisfatório. Nós ao longo do processo que foi desenvolvido com a Câmara entre o Partido Socialista e a Câmara, assinalámos alguns aspetos que gostávamos que fossem especialmente considerados e valorizados durante o ano 2016. E eram três aspetos que foram referidos.



Primeiro aspeto o reforço da participação das populações na vida autárquica, passava no imediato pela implementação do Orçamento Participativo jovem. É verdade que havia uma divergência de fundo que se mantém, o Partido Socialista considera imprescindível a implementação em Almada do Orçamento Participativo. Achamos que nenhuma outra forma praticada até agora de participação popular atinge os objetivos que podem ser atingidos pelo Orçamento Participativo. A Câmara, a CDU tem outra opinião sobre a matéria, é legítima e vamo-nos confrontando obviamente construtivamente eleitoralmente sobre esta matéria, é assim que se faz a democracia. É isso que vamos continuar a fazer. Mas, não podemos deixar de assinalar que estamos dececionados com o modo como foi até agora seguido e implementado o Orçamento Participativo Jovem. Já era tempo de haver frutos e continuarmos sem os ver.

Assinalamos também a necessidade de ao nível da educação particularmente nas interrupções das atividades letivas fosse assegurado que as crianças nomeadamente as crianças das zonas mais desfavorecidas, por garantia da Câmara tivessem atividades úteis e educativas. A avaliação que fazemos é uma avaliação que não é inteiramente satisfatória e é uma matéria em que também consideramos dececionante o desempenho ao longo de 2016. Não há garantia e a implementação destas atividades contínua dependente da boa vontade e da iniciativa de entidades locais. Entendemos que essa iniciativa deve ser valorizada, deve ser cultivada, mas deve haver a garantia da Câmara que quando não há iniciativa local que responda às necessidades das famílias a Câmara está lá como última linha e último recurso e isso não foi garantido.

Também expressamos o nosso grande empenho em que houvesse um equipamento cultural na Costa da Caparica, que pudesse ter obra lançada em 2017. Continuamos a não ter feedback relativamente a essa matéria e no que diz respeito a estes três aspetos que foram, eu não digo que tenha havido um acordo sobre eles, houve uma aproximação entre o Partido Socialista e a Câmara nesta matéria e nós tínhamos a expectativa que tivessem um desenvolvimento que não tiveram e portanto consideramos dececionante o trabalho desenvolvido pela Câmara relativamente a estes processos.

Depois também há aspetos que já foram aqui aferidos e que eu também me atrevo a focar.

Quando falamos de Almada falamos de grandes projetos estratégicos, e o Sr. Presidente e bem referiu três grandes projetos estratégicos na intervenção que fez nesta mesma sala no final de 2015.

Referiu o Plano de Urbanização de Almada Nascente, referiu a Requalificação Urbana e Ambiental da Costa da Caparica e referiu a valorização da zona ribeirinha do Ginjal. Relativamente a estes três projetos há obviamente um grande consenso no Concelho e o PS sempre se inseriu nesse consenso. São projetos estruturantes, importantes, vitais para o desenvolvimento do Concelho. Mas infelizmente são projetos que se arrastam há tempo, tempo, tempo. A culpa não é só da Autarquia, é certo. Há muitos atores envolvidos, todos nós sabemos, mas não é a melhor postura considerar que fazemos aquilo que nos compete o que compete a outros devem ser outros a fazer. Não o fazendo não podemos avançar. Eu acho que à Câmara exige-se mais resolver os problemas que dependem de si e mobilizar os outros para acompanhar os projetos estratégicos. E nós temos o seguinte cenário: Plano



de Urbanização de Almada Nascente arrasta-se desde 2003, há várias razões invocadas todas elas válidas, mas é um facto que se arrasta desde 2003 que o Plano está elaborado.

Requalificação Urbana e Ambiental da Costa da Caparica. Desde 2001, há muitas responsabilidades envolvidas de várias entidades, de vários níveis de poder, mas a verdade é que há muito que pode ser feito, que deve ser feito e que continua por fazer.

A valorização da Zona Ribeirinha do Ginjal, aprovada em Sessão de Câmara em 2009 continua por se fazer. Aliás na pesquisa que fiz na Internet verifiquei que havia vários recortes de órgãos de comunicação social, não comunicação oficial da Câmara, mas órgãos de comunicação social que referiam fontes municipais sustentando por esta altura que em 2014 a obra estaria no terreno. Continuamos a não ver nada, há obviamente muitas desculpas, mas há expetativas que foram defraudadas e continuamos à espera que se avance neste projeto que são considerados projetos estratégicos e essenciais para o desenvolvimento do Concelho.

E depois uma última referência a um aspeto que divide o Partido Socialista e a maioria da Câmara Municipal e que tem a ver com a política fiscal do Município.

Ao longo da preparação das opções do Município para 2016, o Partido Socialista insistiu na importância de seguir o Município uma política fiscal amiga das famílias, que utilizasse os instrumentos ao dispor das autarquias para contribuir para a devolução de rendimentos e para minorar as dificuldades sentidas na decorrência da política de brutal austeridade seguida pelos Governos do PSD e do CDS-PP. No fundamental pretendíamos que parte do IRS que constitui receita da autarquia e que em 2016 correspondeu a 11 milhões de euros, pudesse ser devolvido uma parte dessa importância. Esta política de devolução de parte do IRS cobrado foi adotada em 2016 por 104 Municípios, alguns deles da Zona Metropolitana de Lisboa em que nos inserimos. E portanto era uma matéria que estava ao alcance da Câmara e que não teve de facto a adesão da maioria CDU. De igual modo pretendíamos que as famílias com filhos fossem desoneradas de parte do IMI ao abrigo do instrumento designado por IMI familiar. A maioria CDU tudo recusou argumentando nomeadamente com a insustentabilidade financeira das medidas. Verificámos agora que a devolução de um por cento do IRS aos cidadãos de Almada e a aplicação do IMI familiar teriam impacto financeiro inferior ao aumento registado na despesa em aquisição de bens e serviços. Portanto o aumento na despesa em aquisição de bens e serviços era suficiente se não se tivesse verificado para fazermos a devolução de um por cento do IRS e aplicação do IMI familiar. Perdemos uma oportunidade de melhor servir os almadenses, esperamos que no futuro estas políticas possam vir a ser implementadas.”

**7.1.1.11 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Orçamento Participativo Jovem não há nenhuma questão em relação a isso. Nós temos uma conceção que já dissemos, sobre a forma de concretizar o Orçamento Participativo que não coincide com a forma, na nossa opinião, reducionista que é aquela, as pessoas fazem uma proposta sobre o que é que pretendem fazer, vota-se sobre essa proposta que um modelo que aí de uma maneira geral



muito está instaurada e depois vai-se fazer aquilo ou até nem vai, alguns casos até nem vai que as pessoas votaram que se fosse fazer.

Ontem tivemos a oportunidade de explicar qual é a nossa conceção mas também dissemos que não enjeitamos isso. E no caso concreto do Orçamento Participativo Jovem espera-se que o Fórum aprove o Regulamento. Hoje não está aqui o Sr. Vereador porque está numa outra iniciativa, mas não há nenhuma questão em relação ao Orçamento, tem uma rubrica de trinta mil euros para ser concretizada e portanto não há nada sobre isso.

Educação, interrupção durante o período das atividades letivas. O modelo que temos desenvolvido é de envolvimento, de facto como já foi referido, das instituições na concretização desse projeto. Iremos tão longe quanto possível para que essas instituições estejam em condições de assegurar esse projeto. O envolvimento direto da Câmara para além daquilo que é o financiamento dessas atividades, é uma coisa que naturalmente tem que ser ponderada de acordo com os recursos que existem, trazendo naturalmente uma responsabilidade social para a escola que nalguns casos tem que se ver pois não sabemos sempre se temos condições de sustentabilidade para manter. Nós estamos a viver uma situação em que temos contas equilibradas, temos condições para financiar com sustentabilidade aquilo a que nos propomos, enfim não queremos envolver-nos em situações às quais ficamos presos justamente por causa dessas despesas corrente que há pouco referiu e que depois não temos condições para poder gerir da melhor forma em função das conjunturas económicas. Temos tido algum cuidado em relação a esse tipo de matérias.

Equipamento Cultural para a Costa. Estamos a trabalhar nessa direção e o processo está em curso assim como o equipamento cultural para a Charneca de Caparica. Nós o que temos dito é, a Charneca de Caparica e a Costa necessitam de equipamentos culturais.

PUAN – Plano Urbanístico Almada Nascente - Lisnave. Desculpem que diga, nós estivemos sozinhos dois anos seguidos no Sul de França, na Feira do Imobiliário, não vimos lá o Governo. É preciso dizer, dois anos seguidos. Isso custa dinheiro. Quem tem andado a puxar este carro no essencial têm sido os Municípios da Margem Sul que têm estado a puxar isto, têm estado a puxar esse barco. Bem precisávamos de empenho direto do Governo nesta matéria. Nós fizemos acho que não é nenhum segredo, uma reunião com o Sr. Primeiro Ministro, com o Sr. Ministro das Infraestruturas, com a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Mar, com o Sr. Ministro do Ambiente, os três Presidentes de Câmara sobre esta matéria. Isto revela da importância que é reconhecida. Agora tem que haver os movimentos para que às tantas não se perca nas questiúnculas de alguns técnicos que nós valorizamos muito, mas que são capazes de empatar meses e anos aquilo que são coisas do interesse nacional. Tem que haver aí aquilo que nos pedem a nós, algum empenhamento político de quem nomeia o Conselho de Administração da Baía do Tejo que ainda é nomeado pelo Ministério das Finanças e pelo Governo.

Essa parte nós estamos lá e a mesma coisa em relação à Costa da Caparica. Nós apresentámos ainda no anterior Governo um projeto para manter aquilo que era de essencial, trinta e dois milhões de euros de investimento, projetos vistos com o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento de eventual



candidatura a fundos comunitários, onde é que foram as candidaturas aos fundos comunitários? Não se fizeram. Agora conseguimos porque enfim, há um outro ambiente no quadro da Comissão Liquidatária da CostaPolis que se vão retirar finalmente as tábuas, as solipas, finalmente conseguiu-se isso. Mas não quer dizer que isto fosse sempre assim.

A questão da Estrada Florestal. Agora, veio-se a descobrir finalmente que havia um problema com a Concessão do Baixo Tejo, que era necessário passarem a julgado e não si o quê. Mas nós propusemos desde o início avançar com a obra, nós é que fizemos o projeto da obra, nós Câmara Municipal de Almada, e já estamos há dois anos a dizer que temos o projeto e até dissemos que avançávamos com o dinheiro, que depois no final quando se acertassem as contas logo a gente acertava as coisas. E as outras coisas em relação à Costa. As questões grandes e estruturantes da Costa, nós estamos lá, nós estivemos no projeto. Sim Senhor, fez os cinco milhões de euros para repor as areias, vieram dos fundos do POLVT se não estou em erro, e lá se fez isso, mas também fizemos a nossa parte com a REDUNA, um projeto reconhecido mundialmente. Lá estivemos em Paris a mostrar o projeto e as pessoas a tirarem fotografias, da Coreia, do Japão. Também tiraram fotografias do REDUNA, um projeto que a Câmara fez com os nossos serviços do ambiente. Não estamos fora das questões, estamos dentro e temos estado dentro destas questões.

E o Festival, não é bem isto, sim as coisas não eram para ter sido assim, mas naquela emergência de 2014 o Festival tinha que ser feito. Agora enfim lá iremos procurando corrigir onde temos que corrigir. Mas é um Festival público municipal, que defende a língua portuguesa. Foi esta a condição, a promoção da língua e da cultura portuguesa, da música portuguesa e dos músicos portugueses. É esta a nossa quota de mercado se, se quer dizer assim. É para isso que trabalhamos, não é um Festival igual aos outros, é um Festival em que se paga trinta e cinco euros para todos os dias do Festival, mas agora comparem com o que pagam nos outros Festivais. Não estou a dizer que está tudo bem, mas há uma aposta que foi assumida para trazer pessoas à Costa e manter a Costa na primeira linha da promoção do nosso país e do nosso território e penso que isso é bom para toda a gente.

Ginjal. O Projeto do Ginjal neste momento está à espera que haja algumas questões que foram colocadas por alguns organismos que se têm que pronunciar em matéria de Plano de Pormenor. As coisas não dependem só de nós, nós não podemos chegar à CCDR e aos técnicos da CCDR e dizer, se faz favor vocês aceitem isto porque isto está bem, isto dá sustentabilidade ao projeto, isto garante, não podemos. Nós não podemos fazer isso. Nem podemos dizer aos tipos que são os donos do dinheiro, compraram aquilo e dizer, vocês agora têm que aceitar esta coisa desta maneira que aqui está. É um processo negocial, difícil, mas nós não estamos naquelas condições que desejávamos de querer o socialismo como diziam alguns, estatizante às segundas, quartas e sextas e querer as políticas neoliberais nos dias alternados. Não é possível aqui manter as coisas assim. Estamos num contexto que temos que negociar muito para que as coisas se façam. E temos feito esse esforço para



procurar juntar tudo, todos os bocadinhos para que as coisas apareçam. Mas desse esforço e dessa vontade de aproximar acho que ninguém nos pode negar.

Política Fiscal, só dizer, e já dissemos isso, um Governo do Partido Socialista fez uma alteração da Lei das Finanças Locais e decidiu que se reduzia num determinado valor aquilo que eram as transferências para as Autarquias. E depois disse, “mas aquilo que retirámos daqui vocês podem ir buscar ao IRS” e foi o que nos foi colocado. E nós não temos condição para dizer que não vamos buscar ao IRS aquilo que nos tiraram antes. Até porque o IRS em termos fiscais como toda a gente sabe, ainda tem apesar de tudo aquilo que é de distorções e viés, ainda tem um princípio de proporcionalidade na definição dos seus montantes. Ainda procura fazer alguma redistribuição daquilo que é os rendimentos dos particulares. Não nos parece bem descapitalizar o Município por essa via, na medida até, em que temos vivido já desde este período uma redução substancial daquilo que eram os rendimentos dos Municípios resultantes da atividade económica como também é sabido. Nós já tivemos receitas de IMT de quinze e dezasseis milhões de euros, agora são de sete ou oito milhões de euros. E portanto é aquilo que é. São os sítios onde podemos ir procurar algum rendimento.

Este ano a receita do IMI reduziu-se em oitocentos mil euros, resultado da descida sucessiva que temos vindo a fazer da taxa. Fizemos uma redução das nossas taxas e dos preços desde 1 de julho do ano passado e no sentido de também procurar estimular a atividade e a possibilidade de se poder aumentar nesse aspeto fiscal, se quisermos dizer assim, a atratividade do Município. Mas neste aspeto nós temos conseguido fazer o que temos feito também graças ao equilíbrio das nossas contas. Felizmente volto a dizer, nós não temos as dificuldades, nós e poucos Municípios em Portugal, alguns têm sido muito citados aqui, não estou a falar sequer das cores. Nós e alguns poucos Municípios em Portugal têm tido condições para terem contas equilibradas e corresponder de forma equilibrada às suas necessidades. Mas porque com estruturas diferentes em relação às receitas e às despesas. As nossas são essas, nós não temos Casino, nós não tivemos a sorte ou o azar de determinadas opções estratégicas tomadas por outros Governos em determinadas alturas quando estava tudo apontado para vir para aqui terem passado para o outro lado do Tejo.

Enfim, nós não tivemos essas condições. Aquilo que temos feito é à custa do esforço, do suor dos almadenses e naturalmente com muitos dos seus sacrifícios temos mantido as coisas de maneira que como há bocadinho mostrava, houvesse mais um estudo e ainda estamos no top ten, como disse o Sr. Deputado, em que as pessoas mais gostam de viver. Oitavo lugar, subimos três lugares em relação ao ano anterior aqui na Blum Consulting, categoria “Viver”, “Gostar de Viver”, Almada é o oitavo lugar no país. Lisboa, Porto, Cascais, Sintra, Braga, Coimbra, Leiria e Almada. Subimos três lugares, estamos bem, não estamos tão bem quanto queríamos, queríamos estar em primeiro, lá havemos de ir.”

**7.1.1.12 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Sr. Presidente da Câmara, nós gostávamos de ter tido respostas a muitas das questões que deixamos, como é óbvio respeitamos a decisão do Sr. Presidente responder como quis da mesma forma que nós fizemos as questões como entendemos.

Mas Sr. Presidente e pegando nas palavras que já ouvimos aqui hoje realmente há diferenças e nós somos diferentes e nós também temos as mesmas preocupações sociais que o Sr. Presidente aqui transmitiu. Aliás e ao contrário do que aqui foi dito, no mandato do Governo anterior o Programa de Emergência Social também foi uma realidade e também teve efeitos no Concelho de Almada e portanto, fazer de conta que foi apenas a autarquia que acudiu a um momento de emergência nacional é fazer de conta também que a história se escreve apenas num dos versos da moeda, quando assim não é e nós sabemos que assim não é. Mas Sr. Presidente, dar-lhe nota de que apesar disso a autarquia podia ter investido mais e diferente e a prova está nos resultados que aqui foram apresentados e aliás fica para a história e fica em ata que o exemplo de investimento que aqui foi descrito, foi a abertura da loja da PRIMARK, que é extraordinário. E portanto, Sr. Presidente só para lhe dar nota, se para além disso tiver atenção que o conjunto de opções estratégicas da Câmara podiam ser perfeitamente diferentes, vou-lhe dar só um exemplo porque chegou aqui à mão a primeira versão ou a resposta a um dos nossos requerimentos sobre o Festival Sol da Caparica e ainda numa primeira leitura muito rudimentar, é bom que as pessoas saibam e que quem não sabe fique a saber, o Festival Sol da Caparica em 2016 teve um prejuízo de setecentos e quarenta e quatro mil euros e Sr. Presidente pode dizer que tem a sua filosofia própria, tem a sua forma de organização, foi pensado neste sentido. Mas, Sr. Presidente, o Festival Sol da Caparica podia perfeitamente gerar uma mais-valia que permitisse ser investido no desenvolvimento da Costa da Caparica se tivesse outro modelo de organização, de gestão e de implementação. E Sr. Presidente haverá alguém que certamente um dia destes vai escarpelizar alguma desta informação. Mas é curioso dois dados, primeiro não há uma única despesa acima de setenta e cinco mil euros. Quem conhece a contratação pública percebe o que estamos a dizer. Não há uma única despesa aqui descrita acima de setenta e cinco mil euros, e a despesa mais cara das três edições que aqui estão descritas tem a ver com alguém que organiza o Sol da Caparica. E Sr. Presidente, seria importante e interessante isso também era uma das questões que estava no requerimento e não está respondido, porque é que foram gastos estes montantes com alguém ou uma empresa que ajudou a Câmara a organizar o Festival Sol da Caparica. Eu posso-lhe dizer que em 2016 não está cá, presumo que seja gralha, mas em 2014 pagou-se a essa empresa setenta e três mil euros, são informações da Câmara, não são nossas. Em 2015 pagou-se pela organização, idealização desse Sol da Caparica que não a parte logística, atenção porque isso depois são outras despesas também sempre abaixo de setenta e cinco mil euros, pagou-se setenta e quatro mil novecentos e sessenta e cinco euros Sr. Presidente. Curiosamente também abaixo de setenta e cinco mil euros.

E portanto Sr. Presidente, realmente nós somos diferentes. E eu gostava de saber quando há pouco usava algumas metáforas, que já não é a primeira vez que somos confrontados com elas, aquilo que é



verdade é que mais uma vez os almadenses ficam a ver navios em relação às opções e à justificação dessas mesmas opções, porque Sr. Presidente nós concordamos com o Festival Sol da Caparica e outros, são úteis para projetar Almada e a Costa da Caparica. Mas podem ser feitos sem dar prejuízo de setecentos e quarenta e quatro mil euros. Mas para além disso estes montantes de prejuízo de organização de um Festival desta natureza, que em qualquer sítio do país, mesmo organizado por autarquias que não têm estes resultados finais, aquilo que é verdade é que setecentos e quarenta e quatro mil euros teriam servido para realojar mais almadenses, teriam servido para atrair mais investidores, teriam servido para limpar melhor as nossas ruas, teriam servido para apoiar mais o desenvolvimento do comércio local. Mais, Sr. Presidente, o Sr. Presidente disse que o saldo de gerência foi gasto como outros reivindicavam noutros anos, nós sempre defendemos que o saldo de gerência devia ser para investir, o que é certo é, que o saldo de gerência reduz oito milhões de euros, mas o aumento das despesas de investimento são oitocentos mil euros. Repare a diferença, gastou mais do saldo de gerência, oito milhões de euros, aumentou o investimento oitocentos mil euros. Ou seja, aumentou-se a despesa corrente da autarquia e está visto que em parte para financiar este tipo de despesas, e o que é certo é, que não há um retorno seja na riqueza criada, no emprego criado e naquilo que podia ser um desenvolvimento diferente, mais harmonioso e ao serviço dos almadenses. O Sr. Presidente pode achar que isto se resolve com uma metáfora, nós entendemos que isto se resolvia com estratégia, com visão e com outro tipo de ação.”

**7.1.1 – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas da Câmara Municipal Nºs 223/XI-4º e 224/XI-4º:**

**7.1.1.1 – A Proposta Nº 223/XI-4º, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PAN e Ind.), seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, e do BE), através das seguintes deliberações:**

**7.1.1.1.1 -**

**Deliberação**

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Atividades do Município referente ao exercício de 2016, nos precisos termos da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.**

**7.1.1.1.2 -**

**Deliberação**

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, apreciou o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e aprovou a Conta de Gerência do Município referentes ao ano de 2016, nos precisos termos da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.**



**7.1.1.2** – A Proposta Nº 224/XI-4º, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, do PAN e Ind.) cinco votos contra (de eleitos do PSD) e onze abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP), através das seguintes deliberações:

**7.1.1.2.1** -

**Deliberação**

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS referente ao exercício do ano de 2016, nos precisos termos da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.**

**7.1.1.2.2** -

**Deliberação**

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovou a Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada – SMAS, referente ao ano de 2016, nos precisos termos da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.**

**7.2** – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 225/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 05/04/2017, sobre “Redução de Financiamento do Contrato de Empréstimo Bancário Longo Prazo”, (**Conforme Anexo XX**).

**7.2.1** – Para apresentação da referida Proposta usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.2.1.1** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Penso que já há pouco referi o que se passa. Já tinha sido anunciado no exercício de 2016 e aprovado pela Assembleia um empréstimo de sete milhões de euros, que tendo em vista o financiamento do Município no quadro do conjunto de aquisições de imóveis que pretendia e também do projeto de construção da Escola do 1º Ciclo e JI da Charneca de Caparica. Entretanto o pedido de empréstimo está negociado com as entidades que fornecem e disponibilizam a verba. Foi colocado ao Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas considerou que era excessivo o empréstimo por este valor ou que não se encontrava devidamente fundamentado, na medida em que o Município já terá pago um milhão e seiscentos mil e pagou um milhão e seiscentos mil euros no quadro dos processos aquisitivos que está em curso. E nesse sentido é-nos solicitado que se faça a revisão do montante total do empréstimo a pedir.

Gostava de sublinhar que naturalmente sem pôr em causa aquilo que é o papel que o Tribunal de Contas tem que desempenhar no quadro daquilo que é também o controlo das contas públicas, que nos parece um pouco abusivo para dizer assim, sobretudo no quadro daquilo que são as contas do Município esta apreciação que é feita. Não ficava bem comigo mesmo se não o transmitisse. Aquilo que se passa, nós quando iniciámos este Mandato tínhamos uma dívida de trinta e oito milhões de



euros, atualmente essa dívida é de vinte e nove milhões de euros, como aliás consta das contas recentemente aprovadas. Se somássemos esses nove milhões de euros aos vinte e sete milhões de gerência com que passámos, nós teríamos trinta e seis milhões de euros que era o valor mais alto dos saldos de gerência que temos tido. Penso que houve um ano, há bastantes anos atrás em que teríamos passado com quarenta milhões de euros. A nossa capacidade de endividamento aumentou de vinte para vinte e três milhões de euros, não há nenhuma razão que fundamente de forma bastante sólida esta pretensão. Mas não ficamos particularmente preocupados com isto, mas achávamos por bem, por razões que têm a ver naturalmente com a concretização em bom prazo de todos os projetos que temos pela frente, que pudéssemos aprovar esta revisão do pedido de empréstimo que foi feito.”

**7.2.2** – No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Nuno Matias.

**7.2.2.1** – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós iremo-nos abster em relação à proposta, não temos nada do ponto de vista da substância da proposta a tecer de considerações, mas o Sr. Presidente até no ponto anterior referiu que houve um conjunto de esclarecimentos que foram prestados ao Tribunal de Contas que até no seguimento da discussão aqui há uns meses sobre estas matérias e sobre a aquisição de um conjunto de imóveis que era interessante e já agora perguntar quando é que é possível ter acesso a essa informação que foi prestada ao Tribunal de Contas que pode ajudar a esclarecer muitas das dúvidas que nós temos e para nós seria fundamental ter acesso a essas mesmas respostas que foram transmitidas a este órgão judicial.”

**7.2.3** – Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta da Câmara Municipal N<sup>o</sup> 225/XI-4<sup>o</sup>, que foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PAN e Ind.), um voto contra (de eleito do CDS-PP) e dezassete abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do BE), através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação**

**Por iniciativa da Câmara Municipal a Assembleia Municipal autorizou o executivo municipal a contrair um empréstimo de médio/longo prazo, até ao montante máximo de 7.000.000 €, para financiamento dos seguintes projetos de investimento de grande relevância para o concelho:**

- Construção da Escola Básica e Jardim de Infância, na Quinta de Santa Maria, na freguesia da Charneca de Caparica;**
- Aquisição de imóveis, sítos na avenida D. Afonso Henriques, Almada, e na avenida Bulhão Pato, Trafaria, à Empresa de Camionetas Piedense, Lda.;**
- Aquisição de imóvel, sítio na rua Bernardo Francisco da Costa, Almada, à EDP, SA.;**



- Aquisição de imóvel, sito na rua da Cooperativa Piedense, Cova da Piedade, ao Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas;

A deliberação de autorização de contratação do empréstimo foi publicitado pelo Edital nº 640/XI-3º, de 3 de outubro de 2016.

Considerando que após a celebração do contrato e no âmbito de tramitação do processo ao nível do Tribunal de Contas e porque algumas das aquisições de imóveis já se encontravam total ou parcialmente pagas, o referido Tribunal entende e assim vem sugerir a redução do valor do empréstimo.

Considerando que a Câmara Municipal submete à Assembleia Municipal a proposta de redução do empréstimo em 1.650.000 €.

Assim a Assembleia Municipal aprova a Proposta da Câmara Municipal, nos precisos termos da deliberação camarária 05 de abril de 2017, deliberando:

1 – Autorizar, ao abrigo do preceituado no artigo 25º, nº 1, alínea f), do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artigos 49º e 51º, ambos da Lei 73/2013, de 3 de setembro, a redução do montante do empréstimo, anteriormente aprovado, de € 7.000.000,00 (sete milhões de euros) para € 5.350.000,00 (cinco milhões, trezentos e cinquenta mil euros), destinados ao financiamento dos projetos abaixo designados e que correspondem aos encargos assumidos, ainda por pagar:

- Aquisição de imóveis (prédio urbano e terreno), sito na av. D. Afonso Henriques, Almada, e na Av. Bulhão Pato, Trafaria, à EMPRESA DE CAMIONETES PIEDENSE, LDA, com valor global de investimento previsto de 2.350.000,00 €, conforme inscrição no PPI com o n.º 01-2002-I-58- Aquisição de Solos e Património Edificado- valor empréstimo a afetar 1.750.000,00 €;
- Aquisição de imóvel (prédio urbano), sito na Rua Bernardo Francisco da Costa nº 34, em Almada, à EDP, SA, no valor global de investimento previsto de 2.000.000,00 €, conforme inscrição no PPI com o n.º 01-2002-I-58- Aquisição de Solos e Património Edificado- valor do empréstimo a afetar 1.500.000 €;
- Construção da Escola Básica e Jardim de Infância, na Quinta de Santa Maria, Charneca da Caparica, com valor global de investimento previsto de 2.800.000,00 €, conforme inscrição no PPI com o n.º 02-2014-I-13- Escola na Charneca da Caparica - valor do empréstimo a afetar 2.100.000,00 €.”

2 - Aprovar a Minuta de Aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito Nº 0032.00495635640.

7.3 – Entrou-se nos pontos 3.4 e 3.5 da agenda com a apreciação das Propostas Nºs 226/XI-4º e Nº 227/XI-4º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 05/04/2017, sobre “2ª Revisão Orçamento do Município” e “1ª Revisão Orçamental dos SMAS, referente ao ano de 2017”, (Conforme Anexos XXI e XXII)



**7.3.1** – Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.3.1.1** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que se trata no essencial e retomarmos aquilo que é prática há vários anos a esta parte, como é sabido nós estamos impossibilitados de recorrer ao saldo de gerência e de o incluir no nosso exercício orçamental antes de serem aprovadas as contas do ano anterior. E, portanto, verificada a aprovação das contas traz-se à Assembleia a proposta de revisão orçamental. Os valores previstos eram aqueles que estavam no essencial, considerados na altura em que foi elaborado o orçamento. Em verbas a definir há uma parte que resulta de verbas, como já disse há pouco, de transição de projetos e de programas que não tiveram ocasião para serem lançados durante o ano passado, designadamente programas comunitários e o resto tratava-se de algumas verbas que estavam sobre orçamentadas que já sabíamos que era assim, por efeito da necessidade de outras estarem dotadas já desde o início do ano, e outras tratarem-se de programas em desenvolvimento e que temos que concretizar.

Eu aproveitava aqui a oportunidade, embora abusando um pouco da vossa paciência, para esclarecer que em relação à Costa da Caparica existe uma coisa que é chamada Plano de Promoção Turística da Costa da Caparica. Na qual se integram o Festival Sol da Caparica e o Surf Fest, para além de outras iniciativas que potencialmente podem ser realizadas neste âmbito. E é assim que esta verba associada a estas iniciativas pode e deve ser entendida ou pelo menos é assim que nós a temos entendido. Nunca procuramos, desde o início isso foi dito, obter aqui qualquer lucro ou fazer disto uma iniciativa com rendimento para o Município. O nosso propósito era que esse rendimento se refletisse na atividade económica e no bem-estar das pessoas da Costa da Caparica. Esta proposta foi lançada num contexto que foi o contexto do desaparecimento das areias na sequência da tempestade e logo nessa altura foi dito por mim várias vezes que o Município disponibilizava um milhão de euros para a concretização de um programa de promoção turística da Costa da Caparica, que naturalmente passa por uma forte campanha na Comunicação Social e em que se encontrou que a melhor forma de o fazer era através dos Festivais, sendo que neste caso a questão do Surf tem a ver com questões de ordem estruturante, em relação ao aproveitamento do potencial desenvolvimento do Desporto de Ondas. Tratou-se por assim dizer de um investimento, cujo reflexo não é visto na perspetiva da receita do Município, mas sim do reflexo da atividade económica desta comunidade. E as contas devem ser feitas dentro dessa perspetiva e aquilo que é possível fazer no quadro dos nossos estudos é que tem sido positivo para a atividade económica da Costa da Caparica e não especificamente para os Festivais, a realização dos Festivais. É esse o nosso entendimento e portanto não compararmos estas iniciativas com os outros Festivais realizados noutros contextos e naturalmente procurando outras finalidades. Não estou a dizer que sejam todos, mas alguns. É só para que fique este propósito claro, porque senão este problema vai-se arrastar. Hoje são iniciativas muito cobiçadas, acreditamos que sim, por várias entidades, nós próprios temos sido também contactados nesse sentido, mas neste é



assim que as coisas estão a decorrer e pensamos que tem sido bem, não quer dizer que mais à frente estes aspetos não possam ser naturalmente reconsiderados e que até não se possa eventualmente entregar a realização do Festival a uma entidade que o explore do ponto de vista comercial, mas não é esse o espírito nem do Festival, nem do Sol da Caparica, nem do Caparica Surf Fest, nunca foi. Aliás, as minhas declarações nunca foram nesse sentido, não comparemos o que não é comparável.”

**7.3.2** – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas da Câmara Municipal

**7.3.2.1** – A Proposta Nº 226/XI-4º, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PAN e Ind.), um voto contra (de eleito do CDS-PP) e dezassete abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do BE), através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação**

**Considerando que foram Prestadas Contas relativas ao exercício de gestão do ano de 2016, sendo aprovado o respetivo Saldo de Gerência, importa proceder aos ajustamentos quer ao nível da Receita Orçamental quer ao nível da Despesa Orçamental, quer ainda ao nível das Opções do Plano para 2017.**

**Considerando que a Câmara Municipal submete à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal uma proposta de revisão do orçamento e das opções do plano para 2017.**

**Pelo que e nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Segunda Revisão ao Orçamento e Opções do Plano para 2017, do Município, que totaliza o valor de 18.688.081,96 € (dezoito milhões seiscentos e oitenta e oito mil e oitenta e um euros e noventa e seis cêntimos), nos precisos termos da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.**

**7.3.2.2** – A Proposta Nº 227/XI-4º, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PAN e Ind.) e dezoito abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

#### **Deliberação**

**Considerando o apuramento do exercício de gestão relativo ao ano de 2016 e respetivo Saldo de Gerência, importa a sua integração no Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades para 2017.**

**Considerando a proposta da Câmara Municipal para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.**



**Assim, nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Primeira Revisão ao Orçamento e Opções do Plano para 2017, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que totaliza o valor de 6.771.000.00 € (seis milhões setecentos e setenta e um mil euros), nos precisos termos da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.**

**7.4** – Entrou-se no ponto 3.6 (3.6.1; 3.6.2; 3.6.3; 3.6.4 e 3.6.5) da agenda com a apreciação das Propostas N.ºs 228/XI-4º, 229/XI-4º, 230/XI-4º, 231/XI-4º e 232/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 05/04/2017, sobre “Acordos de Execução de Delegação de Competências, 2º Aditamento com as Freguesias de: União de Freguesias de Almada, Cacilhas, Cova da Piedade e Pragal; União de Freguesias de Caparica e Trafaria; União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda; União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó e Freguesia da Costa da Caparica”, respetivamente, (**Conforme Anexos XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII**).

**7.4.1** – Para apresentação das referidas Propostas usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.4.1.1** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que se trata é apreciar e deliberar sobre os termos dos Acordos de Execução e os Acordos de Delegação de Competências estabelecidos entre a Câmara Municipal e as várias Uniões de Freguesias do nosso Concelho, na sequência da aplicação da Lei 75/2013. Os valores calculados são aqueles que resultam da avaliação económica feita na altura com as respetivas atualizações, que no essencial tem a ver também com a atividade que realmente foi sendo desenvolvida pelas Freguesias no âmbito destas delegações de competências e no âmbito destes acordos.

Existe uma alteração mais substancial no caso da Freguesia da Caparica/Trafaria, na medida em que assume a responsabilidade em relação aos espaços verdes de enquadramento e que portanto aí há uma transferência mais significativa relacionada com essa atividade.

Em relação às restantes, mantem-se mais ou menos tudo na mesma linha que estava em anos anteriores.

Existe também as transferências que são realizadas para promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, também ao abrigo de um quadro legal permitindo pela Lei 75/2013 e que procura manter e dar sustentabilidade a um conjunto de atividades que já tinham sido imputadas às Freguesias num quadro anterior à Lei 75/2013 e que procura assegurar que não haja qualquer acréscimo de problema à atividade das Freguesias por via da falta de financiamento.

Naturalmente que existe aqui algo que depois esperemos que se possa vir a clarificar no futuro, no quadro desta relação que não foi na nossa opinião totalmente entendida, pelo menos no que diz respeito às responsabilidades do Estado, também no financiamento da atividade das Freguesias. Todos sabemos que está previsto que haja um reforço das verbas transferidas diretamente do Estado para as Freguesias, isso tem sido várias vezes referido, mas até agora isso não aconteceu na



dimensão que será desejável para que os órgãos de Freguesia estejam em melhores condições de executar as suas funções. Já agora também dizer que estes acordos estabelecidos entre o Município e as Freguesias no âmbito daquilo que é a aplicação estrita da Lei, não impede que outros acordos possam ser estabelecidos entre o Município e as Freguesias em particular em relação àquilo que possa ser considerado de interesse comum. Mas neste momento o que temos em cima da Mesa são estas três vias de entendimento.”

**7.4.2** – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Propostas da Câmara Municipal Nºs 228/XI-4º, 229/XI-4º, 230/XI-4º, 231/XI-4º e 232/XI-4º, que foram aprovadas por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do PAN e Ind.) e treze abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP), através das seguintes deliberações:

**7.4.2.1 - Deliberação**

**O regime jurídico da delegação de competência dos municípios nos órgãos das freguesias está contemplado no capítulo II e seu artigo 116º e seguintes do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que “Estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais”.**

**A delegação de competências tem por objetivo a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos.**

**Em setembro de 2014, após prévio trabalho de análise e entendimento de princípio entre os órgãos executivos do município e das freguesias, a Câmara Municipal submeteu à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a autorização para celebração de Acordos de Execução de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com a União de Freguesias da Caparica e Trafaria, com a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, com a Junta de Freguesia da Costa da Caparica e com a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó.**

**Em reunião plenária realizada a 26 de setembro de 2014 a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal em nome do município a celebrar os cinco Acordos de Execução, deliberações que foram publicitadas pelos Editais nºs 200/XI-1º a 204/XI-1º, respetivamente, e para vigorarem durante o mandato autárquico 2013-2017.**

**A delegação de competências dos municípios nas freguesias é atribuível em todos os domínios dos interesses próprios das suas populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto às comunidades locais.**

**O aditamento proposto ao Acordo de Execução com a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, refere-se à área da “Limpeza, Varredura e Lavagem de Vias Públicas”.**



**Considerando.**

**A faculdade de as partes contraentes estipularem, na vigência do Acordo de Execução, aditamentos e adaptações que resultam da execução monitorizada e da avaliação do exercício das competências delegadas.**

**Que o Município de Almada mantém para o conjunto das competências delegadas o mesmo nível de despesa global, sem a agravar em razão exclusiva dessa delegação de competências acordada.**

**Que o Município de Almada, por iniciativa da Câmara Municipal de Almada, e as cinco autarquias de base de freguesia resolveram, consensualmente, concluir o procedimento para celebração do segundo aditamento aos acordos de execução, para vigorarem no mandato 2013-2017, incidindo exclusivamente sobre cinco anexos aos referidos Acordos de Execução.**

**Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar com a Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas o Segundo Aditamento ao Acordo de Execução para Delegação de Competências nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.**

**7.4.2.2 - Deliberação**

**O regime jurídico da delegação de competência dos municípios nos órgãos das freguesias está contemplado no capítulo II e seu artigo 116º e seguintes do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que “Estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais”.**

**A delegação de competências tem por objetivo a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos.**

**Em setembro de 2014, após prévio trabalho de análise e entendimento de princípio entre os órgãos executivos do município e das freguesias, a Câmara Municipal submeteu à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a autorização para celebração de Acordos de Execução de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com a União de Freguesias da Caparica e Trafaria, com a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, com a Junta de Freguesia da Costa da Caparica e com a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó.**

**Em reunião plenária realizada a 26 de setembro de 2014 a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal em nome do município a celebrar os cinco Acordos de Execução, deliberações que foram publicitadas pelos Editais nºs 200/XI-1º a 204/XI-1º, respetivamente, e para vigorarem durante o mandato autárquico 2013-2017.**

**A delegação de competências dos municípios nas freguesias é atribuível em todos os domínios dos interesses próprios das suas populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto às comunidades locais.**



O aditamento proposto ao Acordo de Execução com a União das Freguesias da Caparica e Trafaria, refere-se às áreas dos “Espaços Verdes de Enquadramento”, da “Limpeza, Varredura e Lavagem de Vias Públicas” e dos “Mercados”.

Considerando.

A faculdade de as partes contraentes estipularem, na vigência do Acordo de Execução, aditamentos e adaptações que resultam da execução monitorizada e da avaliação do exercício das competências delegadas.

Que o Município de Almada mantém para o conjunto das competências delegadas o mesmo nível de despesa global, sem a agravar em razão exclusiva dessa delegação de competências acordada.

Que o Município de Almada, por iniciativa da Câmara Municipal de Almada, e as cinco autarquias de base de freguesia resolveram, consensualmente, concluir o procedimento para celebração do segundo aditamento aos acordos de execução, para vigorarem no mandato 2013-2017, incidindo exclusivamente sobre cinco anexos aos referidos Acordos de Execução.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar com a Junta da União das Freguesias da Caparica e Trafaria o Segundo Aditamento ao Acordo de Execução para Delegação de Competências nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.

#### **7.4.2.3 - Deliberação**

O regime jurídico da delegação de competência dos municípios nos órgãos das freguesias está contemplado no capítulo II e seu artigo 116º e seguintes do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que “Estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais”.

A delegação de competências tem por objetivo a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos.

Em setembro de 2014, após prévio trabalho de análise e entendimento de princípio entre os órgãos executivos do município e das freguesias, a Câmara Municipal submeteu à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a autorização para celebração de Acordos de Execução de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com a União de Freguesias da Caparica e Trafaria, com a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, com a Junta de Freguesia da Costa da Caparica e com a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó.

Em reunião plenária realizada a 26 de setembro de 2014 a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal em nome do município a celebrar os cinco Acordos de Execução, deliberações que foram publicitadas pelos Editais nºs 200/XI-1º a 204/XI-1º, respetivamente, e para vigorarem durante o mandato autárquico 2013-2017.



A delegação de competências dos municípios nas freguesias é atribuível em todos os domínios dos interesses próprios das suas populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto às comunidades locais.

O aditamento proposto ao Acordo de Execução com a União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, refere-se às áreas dos “Espaços Verdes de Enquadramento” da “Limpeza, Varredura e Lavagem de Vias Públicas” e dos “Mercados”.

Considerando.

A faculdade de as partes contraentes estipularem, na vigência do Acordo de Execução, aditamentos e adaptações que resultam da execução monitorizada e da avaliação do exercício das competências delegadas.

Que o Município de Almada mantém para o conjunto das competências delegadas o mesmo nível de despesa global, sem a agravar em razão exclusiva dessa delegação de competências acordada.

Que o Município de Almada, por iniciativa da Câmara Municipal de Almada, e as cinco autarquias de base de freguesia resolveram, consensualmente, concluir o procedimento para celebração do segundo aditamento aos acordos de execução, para vigorarem no mandato 2013-2017, incidindo exclusivamente sobre cinco anexos aos referidos Acordos de Execução.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar com a Junta da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda o Segundo Aditamento ao Acordo de Execução para Delegação de Competências nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.

7.4.2.4 -

#### Deliberação

O regime jurídico da delegação de competência dos municípios nos órgãos das freguesias está contemplado no capítulo II e seu artigo 116º e seguintes do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que “Estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais”.

A delegação de competências tem por objetivo a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos.

Em setembro de 2014, após prévio trabalho de análise e entendimento de princípio entre os órgãos executivos do município e das freguesias, a Câmara Municipal submeteu à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a autorização para celebração de Acordos de Execução de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com a União de Freguesias da Caparica e Trafaria, com a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, com a Junta de Freguesia da Costa da Caparica e com a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó.



Em reunião plenária realizada a 26 de setembro de 2014 a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal em nome do município a celebrar os cinco Acordos de Execução, deliberações que foram publicitadas pelos Editais nºs 200/XI-1º a 204/XI-1º, respetivamente, e para vigorarem durante o mandato autárquico 2013-2017.

A delegação de competências dos municípios nas freguesias é atribuível em todos os domínios dos interesses próprios das suas populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto às comunidades locais.

O aditamento proposto ao Acordo de Execução com a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, refere-se à área da “Limpeza, Varredura e Lavagem de Vias Públicas”.

Considerando.

A faculdade de as partes contraentes estipularem, na vigência do Acordo de Execução, aditamentos e adaptações que resultam da execução monitorizada e da avaliação do exercício das competências delegadas.

Que o Município de Almada mantém para o conjunto das competências delegadas o mesmo nível de despesa global, sem a agravar em razão exclusiva dessa delegação de competências acordada.

Que o Município de Almada, por iniciativa da Câmara Municipal de Almada, e as cinco autarquias de base de freguesia resolveram, consensualmente, concluir o procedimento para celebração do segundo aditamento aos acordos de execução, para vigorarem no mandato 2013-2017, incidindo exclusivamente sobre cinco anexos aos referidos Acordos de Execução.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar com a Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó o Segundo Aditamento ao Acordo de Execução para Delegação de Competências nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.

#### **7.4.2.5 -**

#### **Deliberação**

O regime jurídico da delegação de competência dos municípios nos órgãos das freguesias está contemplado no capítulo II e seu artigo 116º e seguintes do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que “Estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais”.

A delegação de competências tem por objetivo a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos.

Em setembro de 2014, após prévio trabalho de análise e entendimento de princípio entre os órgãos executivos do município e das freguesias, a Câmara Municipal submeteu à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a autorização para celebração de Acordos de Execução de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com a União de Freguesias da Caparica e Trafaria, com a União de Freguesias da



Charneca de Caparica e Sobreda, com a Junta de Freguesia da Costa da Caparica e com a União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó.

Em reunião plenária realizada a 26 de setembro de 2014 a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal em nome do município a celebrar os cinco Acordos de Execução, deliberações que foram publicitadas pelos Editais nºs 200/XI-1º a 204/XI-1º, respetivamente, e para vigorarem durante o mandato autárquico 2013-2017.

A delegação de competências dos municípios nas freguesias é atribuível em todos os domínios dos interesses próprios das suas populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto às comunidades locais.

O aditamento proposto ao Acordo de Execução com a Junta da Freguesia da Costa da Caparica, refere-se às áreas da “Limpeza, Varredura e Lavagem de Vias Públicas”, do “Mobiliário Urbano” e dos “Mercados”.

**Considerando.**

A faculdade de as partes contraentes estipularem, na vigência do Acordo de Execução, aditamentos e adaptações que resultam da execução monitorizada e da avaliação do exercício das competências delegadas.

Que o Município de Almada mantém para o conjunto das competências delegadas o mesmo nível de despesa global, sem a agravar em razão exclusiva dessa delegação de competências acordada.

Que o Município de Almada, por iniciativa da Câmara Municipal de Almada, e as cinco autarquias de base de freguesia resolveram, consensualmente, concluir o procedimento para celebração do segundo aditamento aos acordos de execução, para vigorarem no mandato 2013-2017, incidindo exclusivamente sobre cinco anexos aos referidos Acordos de Execução.

Assim a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar com a Junta da Freguesia da Costa da Caparica o Segundo Aditamento ao Acordo de Execução para Delegação de Competências nos precisos termos constantes da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.

**7.5** – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 233/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 05/04/2017, sobre “2º Aditamento ao anexo V dos Contratos de Delegação de Competências”, (**Conforme Anexo XXVIII**).

**7.5.1** – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta da Câmara Municipal Nº 233/XI-4º, que foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do PAN e Ind.) e treze abstenções (de eleitos do PS, inclusive da



representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

**Deliberação**

**Na sessão plenária de dezembro de 2014, na sua terceira reunião em 19 de dezembro, a Assembleia Municipal deliberou autorizar a Câmara Municipal a celebrar com as quatro Juntas das Uniões de Freguesia e Junta de Freguesia do Concelho de Almada cinco Contratos de Delegação de Competências para vigorarem no mandato 2013-2017, envolvendo as Uniões de Freguesia de Almada, Cacilhas, Cova da Piedade e Pragal, de Caparica e Trafaria, de Charneca de Caparica e Sobreda, de Feijó e Laranjeiro, e da Freguesia da Costa de Caparica.**

**Considerando a faculdade de as partes contraentes considerarem aditamentos e adaptações que resultam da execução monitorizada e da avaliação do exercício das competências delegadas.**

**Considerando a vontade das partes para atualização do mapa financeiro constante do anexo V junto a todos os Contratos de Delegação de Competências.**

**Assim, a Assembleia Municipal de Almada nos termos e para os efeitos da alínea k, do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autoriza a Câmara Municipal a celebrar com as Juntas da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, da União de Freguesias da Caparica e Trafaria, da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, do União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó e da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, o Segundo Aditamento ao anexo V dos Contratos de Delegação de Competências, através da alteração do valor consignado à Junta da Freguesia da Costa da Caparica, nos precisos termos da deliberação camarária de 05 de abril de 2017.**

**7.6 – Entrou-se no ponto 3.8 da agenda com a apreciação da Proposta Nº 234/XI-4º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 05/04/2017, sobre “Formas de apoio às freguesias para promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”, (Conforme Anexo XXIX).**

**7.6.1 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta da Câmara Municipal Nº 234/XI-4º, que foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PSD, do PAN e Ind.) e treze abstenções (de eleitos do PS, inclusive da representante do Presidente da Junta da Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:**

**Deliberação**

**Regularmente ao longo dos anos e em particular desde a década de 90 de que a delegação de diversas competências do município nas freguesias, com a correspondente transferência de**



meios financeiros, tem correspondido uma melhoria do serviço público local prestado aos cidadãos.

Assim foi também em 2016 em que por proposta da Câmara Municipal a Assembleia Municipal na segunda reunião da sessão plenária de junho, aprovou um quadro financeiro de apoio da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, cuja deliberação foi publicitada através do Edital nº 607/XI-3º.

Tendo também presente que foram atualizadas e aprovadas as verbas para o corrente ano de 2017 para as cinco Juntas de Freguesias, no âmbito dos cinco Acordos de Execução e dos cinco Contratos de Delegação de Competências, sendo a transferência no valor de 2.296.846,12 €, importando atualizar também os montantes nesta outra e específica modalidade de apoio.

Considerando que se justifica continuar este apoio financeiro por constituir absoluta necessidade ao normal funcionamento e à atividade regular da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, da União de Freguesias da Caparica e Trafaria, da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, da Freguesia da Costa da Caparica e da União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó, no quadro da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações, quer no exercício de competências delegadas, quer no exercício de novas competências conferidas pelo artigo 16º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo, nos termos e para os efeitos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a Proposta da Câmara Municipal de “Quadro de Apoio às cinco Uniões de Freguesias e Freguesia no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”, nos precisos termos da deliberação camarária de 05 de abril de 2017, com o seguinte mapa financeiro:

**Mapa Financeiro - «Formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações»**

**Verbas destinadas ao apoio à adaptação das Uniões de Freguesias e da Freguesia**

- (i) Para o exercício de competências delegadas**
- (ii) Para o exercício de novas competências legalmente conferidas às freguesias pelo disposto no artigo 16º, Lei 75/2013, de 12 de setembro.**

<u>União de Freguesias/Freguesia</u>	<u>Valor 2017</u>
Almada, Cova da Piedade, Cacilhas, Pragal	283 371,80€
Caparica, Trafaria	285 281,74€
Charneca de Caparica, Sobreda	140 426,74€
Costa de Caparica	68 385,07€
<u>Laranjeiro, Feijó</u>	<u>105 569,31€</u>
<b>TOTAL</b>	<b>883 034,66€</b>

8 – Foi concluída a ordem de trabalhos assim como a agenda da Sessão.



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

- 9** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisca Luís Baptista Parreira, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Ivan da Costa Gonçalves e António José Pinho Gaspar Neves.
- 10** - Foi verificada a presença na Reunião de Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal, e do Jornalista Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA e TV Almada, e de dezanove Srs. Munícipes.
- 11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H06 do dia 13 de abril de 2017.
- 13** - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta da Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_